

Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP  
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – ICSA  
Departamento de Serviço Social – DESSO  
Curso de Serviço Social

**Clarissa Vitória Araújo Moreira**

**Trabalho na ordem do capital em tempos de pandemia**

**Mariana - MG  
2022**

**Clarissa Vitória Araújo Moreira**

**TRABALHO NA ORDEM DO CAPITAL EM TEMPOS DE PANDEMIA**

**Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)  
apresentado ao curso de Serviço Social da  
Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP),  
como requisito parcial à obtenção do título de  
bacharel em Serviço Social.**

**Orientador: Prof. Dr. André Mayer.**

**Mariana - MG  
2022**

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

M838t Moreira, Clarissa Vitoria Araujo.  
Trabalho na ordem do capital em tempos de pandemia. [manuscrito]  
/ Clarissa Vitoria Araujo Moreira. - 2022.  
56 f.: il.: color..

Orientador: Prof. Dr. Andre Luiz Monteiro Mayer.  
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.  
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Capitalismo. 2. COVID-19 (Doença). 3. Doenças transmissíveis. I.  
Mayer, Andre Luiz Monteiro. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III.  
Título.

CDU 331.1

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa-Bibliotecário Coordenador  
CBICSA/SISBIN/UFOP-CRB6a1407



## FOLHA DE APROVAÇÃO

Clarissa Vitória Araújo Moreira

### Trabalho na ordem do capital em tempo de pandemia

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de XXXXXXXXXXXXXXXX

Aprovada em 17 de outubro de 2022

#### Membros da banca

Dr. André Mayer - Orientador - Universidade Federal de Ouro Preto  
Dra. Vivian Lúcia Rodrigues de Oliveira - Universidade Federal de Ouro Preto  
Dr. Davi Machado Perez - Universidade Federal de Ouro Preto

André Mayer, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 28/10/2022



Documento assinado eletronicamente por **Andre Luiz Monteiro Mayer, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 28/10/2022, às 07:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vivian Lucia Rodrigues de Oliveira, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 30/10/2022, às 17:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Davi Machado Perez, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 31/10/2022, às 16:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufop.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0419299** e o código CRC **EED605FC**.

Dedico este trabalho ao autor Ricardo Antunes por participar dessa etapa tão importante da minha graduação. Mesmo sem saber, ele se tornou uma peça fundamental para o encerramento desse ciclo.

## **AGRADECIMENTOS**

Pensar que esse ciclo chega ao fim é olhar para trás e sentir gratidão a todos que passaram em meu caminho e deixaram uma marca em mim. É nostálgico olhar para trás e relembrar cada pessoa que me deu apoio, uma palavra de incentivo, uma amizade e motivos para seguir em busca do meu tão sonhado diploma. A caminhada não foi fácil, obstáculos surgiram e com eles as incertezas do futuro. Mas sempre tive pessoas comigo que me entendiam e me compreendiam. E são a elas que agradeço por segurarem a minha mão.

Primeiramente obrigada a mim por não ter desistido quando tudo pareceu perder o sentido. A decisão de me tornar uma assistente social me mudou como pessoa, como graduanda e a forma de enxergar o mundo. Após longos quatro anos estudando e lutando por uma sociedade mais justa, sinto-me mais humana.

Obrigada aos meus pais por apoiarem meu sonho de estudar em uma universidade federal e morar de fora tão nova e tão “crua” de vida, meus sinceros agradecimentos por tornarem esse sonho possível. Esse apoio foi fundamental para que eu chegasse até aqui, mais madura e com mais conhecimento do que quando em 2017 eu colocava meus pés pela primeira vez no campus ICSA.

À minha irmã gêmea Anna Clara, que mesmo de longe pôde vivenciar essa experiência comigo, ouvindo meus desabafos, ligações ao caminho da faculdade, e claro, partilhando a vida boa que a cidade universitária nos ofereceu. Por todos os rocks que se foram e por todos os barzinhos que estão por vir. Somos nós duas, de sempre, para sempre.

Ao meu irmão Danilo, o responsável pelo meu caminho ter sido trilhado na UFOP e por (tentar) me fazer seguir seus (bons) passos em Mariana depois de sua graduação em Jornalismo. Por ter escolhido a república em que morei e por construir tantos momentos ali comigo. E claro, uma agradecimento especial pelo incentivo ao estudo e a ser uma pessoa que pensa fora da caixa. Seu apoio e horas e horas e mais horas de conversas não foram em vão, cheguei até aqui!

Ao meu tio Sérgio querido por estar sempre comigo, interessado em aconselhar e a me ouvir. Obrigada por tudo e por tanto, tio. Você foi essencial para que essa graduação fosse concluída.

A todas as meninas que passaram e deixaram um pouquinho de si na república MinaMora, lugar onde morei e construí infinitos momentos felizes, de muito rock, amizades, conversas e experiências. Partilhar tanta coisa com cada uma fez com que a minha graduação e estar longe de casa se tornasse algo mais fácil.

Às minhas amizades de longa e curta data, que ainda estão comigo para presenciar esse momento. Obrigada por tudo, pelos roles, conversas e por não desistirem de mim.

Aos professores, tantos que já não estão mais na UFOP, mas que carregam consigo minha grande estima. Tão inteligentes e com tantos ensinamentos para nos passar. Obrigada a cada um que marcou minha graduação e que pude me espelhar.

Ao professor e orientador André Mayer, que tive minha primeira aula como graduanda e que por obra do destino fecha esse ciclo comigo. Obrigada pelos ensinamentos, paciência, compreensão e por acreditar no meu potencial. Sou muito feliz por ter tido você como orientador neste trabalho de conclusão de curso.

A todos que cruzaram meu caminho nesses anos de graduação e que até hoje me deixam uma enorme saudade. Queria poder reviver vários momentos com cada um.

E finalmente, obrigada Deus por segurar minha mão quando eu não tinha mais forças. Minha fé me trouxe até aqui!

*“Quando eu era menina o meu sonho era ser homem  
para defender o Brasil, porque eu lia a história do  
Brasil e ficava sabendo que existia guerra, só lia os  
nomes masculinos como defensores da pátria então eu  
dizia para minha mãe:*

*– Porque a senhora não faz eu virar homem?*

*Ela dizia:*

*– Se você passar por debaixo do arco íris você vira homem.*

*Quando o arco íris surgia eu ia correndo na sua direção mas  
o arco íris estava sempre distanciando. Igual os políticos  
distante de povo. Eu cançava e sentava, depois começa a  
chorar. Mas o povo não deve cançar, não deve chorar, deve  
lutar para melhorar o Brasil para nossos filhos não sofrer o  
que estamos sofrendo. Eu voltava e dizia para minha mãe:*

*– O arco íris foge de mim.”*

*(Carolina Maria de Jesus)*



## RESUMO

Este estudo tem como objetivo trazer para debate as questões do trabalho em tempos de pandemia do novo coronavírus e quais foram as suas consequências na vida dos trabalhadores. São apresentadas também críticas ao modo de produção capitalista e às crises advindas do mesmo. Como base, são usadas principalmente as obras de Karl Marx e Ricardo Antunes, que trazem à tona os assuntos abordados de forma precisa e necessária. A metodologia utilizada neste estudo é teórico bibliográfico, pesquisa e investigação bibliográfica, tendo como referência as obras dos autores mencionados, e também livros, artigos correlacionados e textos que abordam o assunto. A pandemia de COVID-19 acentuou ainda mais a questão social existente no mundo e, principalmente, no Brasil, provocando impactos sociais, econômicos, culturais e políticos não só durante o período de maior número de casos e óbitos, como também no atual momento, em que começa a existir um movimento de retomada à dita “normalidade”. Muitas mudanças ocorreram na sociedade e com a questão do trabalho não foi diferente. O alto índice de desemprego aumentou ainda mais e a contaminação do vírus se deu e afetou as pessoas em situação de maior vulnerabilidade social. Como a pandemia do coronavírus é um assunto ainda muito recente, existe a necessidade de realizar esse estudo e refletir sobre os impactos causados pela mesma.

**Palavras-chave:** Pandemia. Coronavírus. Capitalismo. Crise estrutural. Trabalho.

## **ABSTRACT**

This study aims to bring to debate the issues of work in times of a pandemic of the new coronavirus and what were its consequences in the lives of workers. Criticisms of the capitalist mode of production and the crises arising from it are also presented. As a basis, the works of Karl Marx and Ricardo Antunes are mainly used, which bring to light the issues addressed in a precise and necessary way. The methodology used in this study is theoretical bibliographic, research and bibliographic research, having as reference the works of the mentioned authors, as well as books, correlated articles and texts that approach the subject. The COVID-19 pandemic has further accentuated the existing social issues in the world and, especially, in Brazil, causing social, economic, cultural and political impacts not only during the period with the highest number of cases and deaths, but also at the current moment, in which a movement towards the so-called “normality” begins to exist. Many changes have taken place in society and the issue of work was no different. The high unemployment rate increased even more and the contamination of the virus took place and affected people in a situation of greater social vulnerability. As the coronavirus pandemic is still a very recent issue, there is a need to carry out this study and reflect on the impacts caused by it.

**Keywords:** Pandemic. Coronavirus. Capitalism. Structural crisis. Work.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Índice de desemprego.....	36
Figura 2: Problema do mundo .....	40
Figura 3: "Uberização" do trabalho .....	42
Figura 4: Obsolescência programada .....	44

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. O TRABALHO NA ORDEM DO CAPITAL.....	14
1.1 O trabalho na constituição do ser social .....	14
1.2. O trabalho na ordem do capital.....	22
2. O TRABALHO NA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS.....	26
2.1. As determinações do trabalho na cena contemporânea .....	27
2.2. O impacto da pandemia no trabalho .....	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	51
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	53

## INTRODUÇÃO

A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história da luta de classes. (...) A sociedade divide-se cada vez mais em dois campos opostos, em duas grandes classes em confronto direto: a burguesia e o proletariado (MARX e ENGELS, 2010, p. 10).

Este estudo traz para debate os impactos sociais, econômicos e culturais causados pela pandemia do coronavírus a partir do ano de 2020. A pesquisa pretende compreender como a pandemia acelerou a explosão e a expansão da crise estrutural e em como o povo brasileiro foi afetado negativamente pelos grandes capitalistas em meio a essa crise econômica estabelecida no período pandêmico. Cabe ressaltar que no interior da crise estrutural continuam se processando as crises cíclicas do capital.

A ideia de formular esta pesquisa consiste em provocar reflexões acerca do modo de produção capitalista que por si só já monopoliza a vida de toda a sociedade trabalhadora. Durante os piores momentos da pandemia, principalmente, ficou ainda mais nítido quem detém do poder do capital e de quem é dependente deste. Com toda a experiência adquirida nos estágios obrigatórios do curso de Serviço Social, que foram realizados justamente durante este tempo pandêmico, surgiu a vontade de aprofundar ainda mais os conhecimentos sobre esse tema que traz tantas inquietações e que é bastante amplo. No primeiro capítulo será estudado o trabalho na ordem do capital e a constituição do ser social. Já no segundo capítulo será visto o trabalho na cena contemporânea e durante o período de pandemia.

Os pontos substanciais deste estudo são as consequências da pandemia no trabalho, as condições do trabalho e críticas ao modo de produção capitalista.

A crise econômica e a explosão da pandemia do coronavírus, na inter-relação que há entre elas, têm gerado impactos e consequências profundas para a humanidade que depende de seu trabalho para sobreviver. Além dos altíssimos índices globais de mortalidade, ampliam-se enormemente o empobrecimento e a miserabilidade na totalidade da classe trabalhadora. Em parcelas enormes desse contingente, como nos desempregados e informais, a situação torna-se verdadeiramente desesperadora, com o Brasil se destacando como um dos campeões da tragédia (ANTUNES, 2022, p. 15).

A profunda questão social já existente no Brasil ganhou ainda mais camadas, se agravando e se escancarando na vida dos brasileiros que são diretamente afetados por ela. O alto número de brasileiros inseridos em situação de pobreza se torna preocupante. Segundo pesquisa da Fundação Getúlio Vargas, publicada em junho de 2022, o número de pessoas em situação de pobreza no Brasil bateu recordes: eram quase 63 milhões de brasileiros que, em 2021, viviam em domicílios em que a renda por indivíduo não ultrapassava o valor de R\$

497,00 por mês – tal quantia é insuficiente para adquirir uma cesta básica em qualquer capital do país. A pesquisa da FGV também destaca o aumento de pessoas em situação de extrema pobreza: 33 milhões de brasileiros vivem com menos de R\$ 289,00 por mês. De acordo com o levantamento, que conta com dados registrados desde 2012, tal cenário é o pior já registrado (NÚMERO DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA NO BRASIL BATE RECORDE, MOSTRA PESQUISA, 2022). A pandemia realçou a vulnerabilidade social, a desigualdade já existente e evidenciou ainda mais os problemas das questões sanitárias, econômicas e sociais. Mostrou também as contradições do capital e a situação de calamidade pública que o Brasil estava e continua enfrentando, reforçando a gravidade destes problemas no país. O capitalismo é feito de contradições e encontra sustentação baseando-se nelas. Para o professor e sociólogo Ricardo Antunes<sup>1</sup> (2022), o cenário no país sempre possuiu uma caracterização formada por fortes maneiras de exploração do trabalho e com uma precarização ilimitada; ao olhar este mesmo cenário do ponto de vista social, as consequências causadas por este modelo econômico são ainda mais cruéis.

A precarização das condições de trabalho não ocorreu somente pela pandemia do coronavírus, uma vez que já existia de forma menos escancarada; com a chegada do vírus essa situação apenas se reforçou. Segundo Antunes (2022), o contexto pandêmico provocou a intensificação do processo de supressão completa dos direitos dos trabalhadores. Isto posto, não seria correto responsabilizar apenas a pandemia pelos problemas em que o país já se encontrava, mas sim entender a fundo essa situação a fim de produzir o recorte no que o Brasil se transformou com a chegada do COVID-19.

A concentração de renda no modo de produção capitalista fica nas mãos de quem tem o poder. Os proletários saem prejudicados por serem submissos ao capital e por poderem ser substituídos com facilidade nos locais em que estão empregados. Com o alto índice de desemprego no Brasil – que, segundo levantamento da Austin Rating publicado em setembro de 2021, atingiu o posto de quarta maior taxa entre as principais economias do mundo, afetando cerca de 13,7 milhões de brasileiros (BRASIL TEM A 4ª MAIOR TAXA DE DESEMPREGO DO MUNDO, APONTA RANKING COM 44 PAÍSES, 2021) –, ocorre de maneira mais acirrada a disputa por um trabalho, fazendo com que o empregador possa diminuir os seus custos e obter mais lucro sobre quem vende a força de trabalho por um valor

---

<sup>1</sup> Ricardo Antunes é considerado um dos principais autores da Sociologia do Trabalho no Brasil. É professor titular de Sociologia no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/Unicamp) e também coordenador da coleção 'Mundo do trabalho', da editora Boitempo.

abaixo daquele que seria justo no mercado. Ou seja, a produção contínua se intensifica e o gasto com a força de trabalho diminui cada vez mais.

Com a chegada da pandemia, todo esse processo se reforçou devido ao aumento exponencial do número de desemprego no país, conforme apontado na pesquisa citada acima. Entende-se, portanto, que houve uma piora em um cenário que já estava em estado de corrosão, uma vez que “foi no solo da crise estrutural do capital que a pandemia se proliferou intensamente, levando à morte de milhões de pessoas em todo o mundo, além de desempregar milhões de trabalhadores e trabalhadoras” (ANTUNES, 2022, p. 21).

## 1. O TRABALHO NA ORDEM DO CAPITAL

### 1.1 O trabalho na constituição do ser social

O trabalho é realizado através da interação entre homem e natureza, sendo inicialmente com o intuito de suprir as necessidades humanas de sobrevivência e subsistência. O trabalho, localizado bem na base da atividade econômica, reproduz a criação de valores. De acordo com Karl Marx<sup>2</sup>, em sua obra *O capital*<sup>3</sup>, “o meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas, que o trabalhador insere entre si mesmo e o objeto de trabalho e serve-lhe para dirigir sua atividade sobre esse objeto” (MARX, 2013, p. 189).

A transformação de recursos naturais é o que se denomina o trabalho exercido por homens e mulheres e o mesmo exige instrumentos para que possa ser realizado.

[...] o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. [...] No fim do processo de trabalho, obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador e, portanto, idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural, o seu objetivo. [...] Os elementos simples do processo de trabalho são a atividade orientada a um fim ou o trabalho mesmo, seu objeto e meios. O processo de trabalho é uma atividade orientada a um fim para produzir valor de uso (MARX, 2013, p. 149-150, 153).

A partir dessa transformação da natureza, cria-se uma relação entre homem e objeto. Segundo os professores José Paulo Netto<sup>4</sup> e Marcelo Braz<sup>5</sup> (2006) “entre o sujeito e a matéria natural há sempre um meio de trabalho, um instrumento. (...) E a natureza não cria instrumentos: estes são produtos, mais ou menos elaborados, do próprio sujeito que trabalha” (NETTO e BRAZ, 2006, p 21). Assim, Netto e Braz (2006) nos colocam a forma mais simplificada do fazer trabalho, e ainda trazem para reflexão à finalidade do mesmo. Para eles, sua atividade parte de uma finalidade que já é antecipada idealmente, o trabalho é algo projetado que já existiu inicialmente na imaginação do trabalhador.

E reafirmando isso pelas palavras de Marx:

<sup>2</sup> Karl Marx (1818–1883) foi um filósofo e revolucionário socialista alemão, responsável pela criação das bases da doutrina comunista, onde teceu críticas ao modelo capitalista. Sua filosofia exerceu influência em diversas áreas do conhecimento, com bastante repercussão até os dias atuais.

<sup>3</sup> A obra “O Capital” trata-se de uma crítica em relação à Economia Política, construída em um conjunto de livros elaborado por Karl Marx e considerada o marco do pensamento socialista marxista.

<sup>4</sup> José Paulo Netto é professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro e um reconhecido intelectual marxista brasileiro.

<sup>5</sup> Marcelo Braz é professor da faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com experiência na área de fundamentos da vida social.



No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato isolado (MARX, 2013, p. 302).

Marx (2013) afirma, então, que o trabalho é uma atividade exclusiva do homem, exatamente por ser projetado anteriormente na mente do mesmo antes de ser produzido na prática, o que diferencia os homens dos animais, os colocando como superiores a esses.

O trabalho é uma atividade projetada, teleologicamente direcionada, ou seja: conduzida a partir do fim proposto pelo sujeito. Entretanto, se essa prefiguração é indispensável à efetivação do trabalho, ela em absoluto o realiza: a realização do trabalho só se dá quando essa prefiguração ideal se objetiva, isto é, quando a matéria natural, pela ação material do sujeito, é transformada. O trabalho implica, pois, um movimento indissociável em dois planos: num plano subjetivo e num plano objetivo; assim, a realização do trabalho constitui uma objetivação do sujeito que o efetua (NETTO e BRAZ, 2006, p. 21).

O homem é o único ser pensante que consegue produzir o trabalho de forma consciente, diferentemente das abelhas, exemplo que Marx (2013) traz em seus estudos exemplos envolvendo as colmeias, as abelhas operárias e sua produtividade pelo instinto animal. Como dito, a capacidade de pensar e colocar no material desenvolvido todo o conhecimento existente é exclusivo do ser humano e para sua existência na sociedade. Ademais, ainda conforme Marx (2013), o trabalho torna-se uma possibilidade para o indivíduo agir de maneira racional, podendo efetuar alterações tanto no objeto quanto em si mesmo, trilhando caminhos para a descoberta de novas capacidades e qualidades.

Netto e Braz (2006) estabelecem o pensamento de que o trabalho é uma atividade coletiva e esse mesmo caráter se dá como um elemento social. Coloca-se o sujeito aqui como um ser social<sup>6</sup>, onde produz e reproduz coletivamente, não sendo assim um sujeito isolado, mas sim alguém que transforma a natureza e ao mesmo tempo está sendo transformado por ela. Não há, deste modo, vida social sem seu pressuposto: a natureza. Na produção os homens não agem apenas sobre a natureza, mas também uns sobre os outros. Esse espírito de coletivo é o que faz com que as relações sociais possam existir, resultando em uma sociabilidade. Isso se dá através dessa relação entre sociedade e natureza, surgindo aí um novo tipo de ser: o ser social. Para o professor Sergio Lessa<sup>7</sup>, “entre o trabalho enquanto categoria fundante e a

---

<sup>6</sup> Para Marx, a sociedade é um sistema social. Tal sistema é definido a partir dos seguintes aspectos: ter mais de uma unidade identificável de caráter social, ter uma vinculação duradoura e também que as relações internas constituam distintas relações externas.

<sup>7</sup> Sérgio Lessa é professor do departamento de filosofia da Universidade Federal de Alagoas e membro do conselho editorial da revista Crítica Marxista.

esfera da política e da luta de classes se interpõem a totalidade social, o conjunto de relações sociais” (LESSA, 2012, p. 32).

No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já esteve presente na representação do trabalhador no início do processo, ou seja, um resultado que já existe idealmente. Isso não significa que ele se limite a uma alteração da forma do elemento natural; ele realiza neste último, ao mesmo tempo, a finalidade pretendida, que, como ele bem o sabe, determina o modo de sua atividade com a forma de uma lei; à qual ele tem de subordinar sua vontade (MARX, 2013, p. 188).

Esse surgimento do ser social se torna extremamente importante para a história do trabalho e de sua reprodução, uma vez que “o trabalho não é apenas uma atividade específica de homens em sociedade, mas é, também e ainda, o processo histórico pelo qual surgiu o ser desses homens, o **ser social**” (NETTO e BRAZ, 2006, p. 22-23, grifo do autor).

Marx (2013) coloca em debate e estudo o processo de produção do capital e o processo de trabalho, sendo ele essencial para a sobrevivência humana. Como já vimos, a natureza é o fator principal para que o trabalho exista, e sem ela, não há trabalho. Ele passa a ser um pilar fundamental para o desenvolvimento histórico da sociedade como um todo ao decorrer do tempo.

Esse desenvolvimento do ser social pode ser considerado como o processo de humanização dos homens<sup>8</sup>.

O desenvolvimento do ser social implica o surgimento de uma racionalidade, de uma sensibilidade e de uma atividade que, sobre a base necessária do trabalho, criam objetivações próprias. No ser social desenvolvido, o trabalho é uma das suas objetivações. O trabalho, porém, não só permanece como a objetivação fundante e necessária do ser social, permanece ainda como o que se poderia chamar de modelo das objetivações do ser social, uma vez que todas elas supõem as características constitutivas do trabalho (NETTO e BRAZ, 2011, p. 29).

Para Marx (2013), os elementos simples do processo de trabalho são a atividade orientada a um fim ou o trabalho mesmo, seu objeto e seus meios. É discutida a centralidade do trabalho no mundo dos homens e da sua relação com as classes sociais.

Para o capital existir e se reproduzir, é necessário o trabalho, seja ele concreto ou abstrato<sup>9</sup>, e para isso é preciso da força de trabalho vendida e executada pelos homens. Lessa fala um pouco sobre essas duas categorias:

E, hoje, com a extensão das relações capitalistas até praticamente todas as formas de práxis social, com a incorporação, ao processo de valorização do capital, de

<sup>8</sup> O processo de humanização em Marx tem sua análise e compreensão feitas fundamentalmente a partir da categoria do trabalho: característica distintiva definidora do homem em relação aos demais animais. Assim, o próprio processo de hominização esteve ligado de maneira íntima ao trabalho.

<sup>9</sup> É importante ressaltar que há em Marx a distinção e a íntima inter-relação entre trabalho concreto (positivo), ou seja, trabalho vivo, que produz valor de uso, cuja finalidade é atender as necessidades sociais indispensáveis à produção e reprodução humana e trabalho abstrato (negativo), “trabalho morto”, contido nas mercadorias, cujo principal objetivo é a criação de mais valia, a valorização do valor, a reprodução e autovalorização do capital.

atividades que anteriormente ou estavam dele excluídas ou apenas participavam de modo muito indireto, vivemos uma situação em que praticamente a totalidade dos atos de trabalho assume a forma abstrata advinda de sua subordinação ao capital. Aparentemente, o trabalho teria desaparecido, substituído pelo trabalho abstrato. Trabalho e trabalho abstrato passam, assim, equivocadamente a ser tomados como sinônimos no caso da sociabilidade contemporânea. [...] de tal forma que a diminuição da distância entre o trabalho produtivo e improdutivo se converte em eliminação da diferença entre eles, e a maior organicidade entre circulação e produção é concebida como fusão das duas esferas (LESSA, 2012, p. 26).

A definição de trabalho muda e passa a ser algo exercido para a obtenção do lucro e troca, o que será tratado mais adiante. Seus desdobramentos se alteram. Esse processo de mudança de definição é avassalador e assim temos o modo de produção capitalista que predomina até hoje na sociedade burguesa em que vivemos.

O capitalista compra a força de trabalho pelo valor diário. Seu valor de uso lhe pertence durante a jornada de trabalho. Obtém, portanto, o direito de fazer o trabalhador trabalhar para ele durante um dia de trabalho. Mas que é um dia de trabalho? Será menor do que um dia natural de vida. Menor de quanto? O capitalista tem seu próprio ponto de vista sobre essa extrema, a fronteira necessária da jornada de trabalho. Como capitalista apenas personifica o capital. Sua alma é a alma do capital (MARX, 2013, p. 222).

O trabalho ainda pode trazer conflitos nas relações sociais que ele mesmo criou, ou que surgiram a partir dele. Netto e Braz (2006) refletem que

Os homens são *iguais*: todos têm iguais possibilidades humanas de se sociabilizar; a *igualdade* opõem-se à *desigualdade*, e o que a originalidade introduz entre os homens não é a desigualdade, é a diferença. E para que a diferença (que não se opõe à igualdade, mas à *indiferença*) se constitua, ou seja: para que todos os homens possam construir a sua personalidade, é preciso que *as condições sociais para que se socializem sejam iguais para todos* (NETTO e BRAZ, 2006, p.32, grifo dos autores).

Se a sociedade fosse uma sociedade justa, onde todos pudessem ter as mesmas oportunidades, sem alienação e exploração, os indivíduos poderiam desenvolver suas personalidades e singularidades tendo o mesmo parâmetro de vida. O trabalho seria reproduzido de forma democrática, onde todos pudessem contribuir com o mesmo tanto e na mesma intensidade, sem toda a desigualdade para interferir na produção e nas relações sociais.

Seria fácil pensar em uma realidade em que o capitalismo não teria vez, uma realidade resultado da necessidade de um cenário em que o modo de produção capitalista não massacrasse o proletariado. Na realidade, as possibilidades de elevação de nível e crescimento no meio do capital se tornam cada vez mais restritas e afuniladas. O modo de produção capitalista não permite a ascensão dos trabalhadores, permite apenas uma dependência para que tenham o mínimo de subsistência para sobreviver. É esse o formato de sociedade predominante no século XXI.

Para que alguém possa vender mercadorias diferentes de sua força de trabalho, ele tem de possuir, evidentemente, meios de produção, por exemplo, matérias-primas, instrumentos de trabalho etc. Ele não pode fabricar botas sem couro. Necessita, além disso, de meios de subsistência. (...) Se os produtos são produzidos como mercadorias, eles têm de ser vendidos depois de produzidos, e somente depois de sua venda eles podem satisfazer as necessidades dos produtores. O tempo necessário para sua venda é adicionado ao tempo necessário para sua produção (MARX, 2013, p. 180).

Os meios em que os trabalhadores estão inseridos provocam impactos diretamente no trabalho em si e em como ele é feito, influencia também na força de trabalho necessária para o *fazer* em toda a sua realização, através dos instrumentos de trabalho. Os meios de trabalho “não apenas fornecem uma medida do grau de desenvolvimento da força de trabalho, mas também indicam as condições sociais nas quais se trabalha” (MARX, 2013, p. 190). Levando em conta tudo o que foi colocado, a ideia de que o trabalho é essencial para o ser social existir coletivamente e se reproduzir permanece forte nos estudos e reflexões de Marx.

O homem transforma a natureza e a natureza transforma o homem. Assim surge a produção da vida material através do trabalho. O ser social se constitui a partir disso, com suas infinitas particularidades e facetas. A sociabilidade é fundamental para que o trabalho seja realizado com êxito. Através dele os homens conseguem, conscientemente, produzir os materiais necessários para sua reprodução e para a reprodução da sociedade.

É colocado por Netto e Braz (2006) no livro *Economia Política*<sup>10</sup> que Marx<sup>11</sup> estabeleceu uma definição para “tempo de trabalho socialmente necessário”, que seria “aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer, nas condições dadas de produção socialmente normais, e com o grau social médio de habilidade e de intensidade de trabalho” (MARX, 1873, p.48 apud NETTO e BRAZ, 2006, p.33).

Comparando o processo de produzir valor com o de produzir mais valia, veremos que o segundo difere do primeiro por se prolongar além de certo ponto. O processo de produzir valor simplesmente dura até o ponto em que o valor da força de trabalho pago pelo capital é substituído por um equivalente. Ultrapassando esse ponto, o processo de produzir valor torna-se processo de produzir mais valia (valor excedente) (MARX, 2017, p. 220).

---

<sup>10</sup> Essa obra permite a compreensão da constituição e do desenvolvimento do modo de produção capitalista, bem como das principais categorias de análise a partir das quais Marx elaborou sua genial crítica. Mantendo-se fiéis à impoção teórico-metodológica do filósofo alemão bem como incorporando às suas lições o que mais fecundo produziu a chamada tradição marxista, os autores fornecem os elementos principais para o debate sobre as condições de existência do capitalismo e, o que é mais importante, de sua superação rumo a uma organização societária onde o ser social possa realmente ver-se emancipado dos processos alienantes e potencialmente barbarizantes impostos pelo capital.

<sup>11</sup> MARX, Karl. Teorias da mais-valia. História crítica do pensamento econômico. São Paulo: Difel, 1983.

Agora, seguindo os estudos e pensamentos de Gyorgy Lukács<sup>12</sup>, o maior clássico do pensamento humanista do século XX e grande referência de filósofo marxista, em *As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem*, o autor nos propõe reflexões acerca do neopositivismo e de suas consequências. A corrente neopositivista<sup>13</sup> despreza e descarta a subjetividade humana como objeto de análise, seus pensamentos e sentimentos. Criada na década de 1920, podendo ser considerada também como positivismo lógico ou empirismo lógico, teve como o ponto de vista de filósofos que constituíram o famoso e conhecido Círculo de Viena<sup>14</sup>, tendo um manifesto publicado em 1929 que expunha a postura filosófica do grupo. Essa corrente foi considerada como doutrina e tinha como método a superação da metafísica e uma compreensão da filosofia. O Círculo de Viena surgiu por uma necessidade de fundamentar a ciência a partir das concepções que a Filosofia da Ciência ganhou no século XIX.

Todos sabem que, nas últimas décadas, o neopositivismo, radicalizando as velhas tendências gnosiológicas, dominou de modo incontrastado, com sua recusa de princípio em face de toda e qualquer colocação ontológica, considerada como não científica. E não apenas na vida filosófica propriamente dita, mas também no mundo da práxis. Se analisarmos com atenção as formulações teóricas dos grupos dirigentes políticos, militares e econômicos de nosso tempo, descobriríamos que – consciente ou inconscientemente – elas são determinadas por métodos de pensamento neopositivistas. Deriva disso a onipotência quase ilimitada desses métodos; e, quando o confronto com a realidade tiver conduzido à crise aberta, essa situação produzirá grandes abalos a partir da vida político-econômica até a filosofia no sentido mais amplo do termo (LUKÁCS, 2009, p. 1).

Lukács (2009) também nos remete a todas as tentativas de ontologias e ao marxismo como propriamente dita como uma ontologia e em como ela se dá.

Reveladora é aqui a relação com o marxismo. Na história da filosofia, como se sabe, raramente o marxismo foi entendido como uma ontologia. Em troca, o que aqui nos propomos é mostrar como o elemento filosoficamente decisivo na ação de Marx consistiu em ter esboçado os lineamentos de uma ontologia histórico-materialista, superando teórica e praticamente o idealismo lógico-ontológico de Hegel (LUKÁCS, 2009, p. 2).

Ele explica sobre as diferenças da ontologia marxiana<sup>15</sup> com a ontologia de Hegel<sup>16</sup>. Para Lukács (2009), no plano ontológico não haveria, afinal, nada análogo. “Todo existente

<sup>12</sup> György Lukács ou Georg Lukács (1885-1971) foi um filósofo e historiador literário húngaro. É reconhecido como o precursor dos estudos sociológicos da literatura ficcional.

<sup>13</sup> O neopositivismo foi um movimento desenvolvido por membros do círculo de Viena na base do pensamento empírico tradicional e no desenvolvimento da lógica moderna. Para os neopositivistas, os únicos enunciados que podem ser considerados científicos são os submetidos a verificação lógica e os que não podem ser submetidos a verificação lógica empírica são considerados sem sentido e absurdos.

<sup>14</sup> O “Círculo de Viena” foi o nome como ficou conhecido um grupo de filósofos formado na Universidade de Viena, na Áustria, entre os anos de 1922 a 1936 com a coordenação do filósofo e físico Moritz Schlick, considerado figura central do positivismo lógico.

<sup>15</sup> O método em Marx é um movimento dialético que parte da sua concepção ontológica da realidade social, em que o ser social produz suas próprias condições objetivas e subjetivas de existência e, por isso, teoria, método e concreto social constituem uma unidade metodológica.

deve ser sempre objetivo, ou seja, deve ser sempre parte (movente e movida) de um complexo concreto” (LUKÁCS, 2009, p. 2).

É preciso destacar que Marx entendia a consciência como um produto tardio do desenvolvimento do ser material. Lukács explica que:

Quando se diz que a consciência reflete a realidade e, com base nisso, torna possível intervir nessa realidade para modificá-la, quer-se dizer que a consciência tem um real poder no plano do ser e não – como se supõe a partir das supracitadas visões equivocadas – que ela é carente de força. Podemos aqui nos ocupar somente da ontologia da ser social. Contudo, não seremos capazes de captar sua especificidade se não compreendermos que um ser social só pode surgir e se desenvolver com base de um ser orgânico e que esse último pode fazer o mesmo apenas com base do ser inorgânico (LUKÁCS, 2009, p.3).

Mais à frente em suas exposições, Lukács traz reflexões importantes para os estudos realizados até mesmo hoje em dia. E, como ponto principal desse tópico, destacam-se o ser social e suas constituições. Conforme o autor (2009), um ser social só pode surgir e se desenvolver com base de um ser orgânico e que esse último pode fazer o mesmo apenas com base do ser inorgânico.

Para Lukács (2009), ainda que possa sempre surgir elementos qualitativamente inéditos, na maior parte das vezes a impressão é a de estar diante de uma mera variação dos modos de reação do ser fundante, apenas em diferentes e novas categorias de aplicabilidade.

O processo de reprodução assume na natureza orgânica formas cada vez mais correspondentes à sua própria essência, torna-se cada vez mais nitidamente um ser sui generis, ainda que jamais possa ser eliminado o seu enraizamento nas bases ontológicas originárias. Mesmo sem ter aqui a possibilidade sequer de mencionar um tal complexo problemático, gostaríamos, porém, de destacar que o desenvolvimento do processo de reprodução orgânica no sentido de formas superiores, o seu tornar-se cada vez mais pura e expressamente biológico no sentido próprio do termo, forma também – com a ajuda das percepções sensíveis – uma espécie de consciência, importante epifenômeno enquanto órgão superior do funcionamento eficaz dessa reprodução (LUKÁCS, 2009, p.4).

Também Lukács não deixa de falar sobre o trabalho e sua reprodução.

Para que possa nascer o trabalho, enquanto base dinâmico-estruturante de um novo tipo de ser, é indispensável um determinado grau de desenvolvimento do processo orgânico de reprodução. Também aqui teremos de deixar de lado os numerosos casos de capacidade de trabalhar que se conservam, porém, como pura capacidade; tampouco podemos nos deter nas situações de beco sem saída, nas quais surge não apenas um certo tipo de trabalho, mas inclusive a consequência necessária do seu desenvolvimento, ou seja, a divisão do trabalho. [...] A essência do trabalho consiste precisamente em ir além dessa estabilização dos seres vivos na competição biológica com seu meio ambiente. O momento essencial da separação é constituído não pela fabricação de produtos, mas pelo papel da consciência, a qual, precisamente aqui, deixa de ser mero epifenômeno da reprodução biológica: o produto, diz Marx, é um resultado que já no início do processo existia “na representação do trabalhador”, isto é, de modo ideal (LUKÁCS, 2009, p.4).

---

<sup>16</sup> Hegel na sua filosofia especulativa identifica lógica e ontologia, na tarefa de solucionar o dualismo entre pensamento e coisa, dualismo que limitava a possibilidade do conhecimento absoluto da realidade.

No livro *O mundo dos homens: trabalho e ser social*, Lessa também tece reflexões sobre o trabalho e o ser social, falando sobre a ontologia de Lukács.

Na investigação ontológica de Lukács, o conceito de trabalho comparece em uma acepção muito precisa: é a atividade humana que transforma a natureza nos bens necessários à reprodução social. Nesse preciso sentido, é a categoria fundante do mundo dos homens. É no trabalho que se efetiva o salto ontológico que retira a existência humana das determinações meramente biológicas. Sendo assim, não pode haver existência social sem trabalho. A existência social, todavia, é muito mais que trabalho. O próprio trabalho é uma categoria social, ou seja, apenas pode existir como partícipe de um complexo composto, no mínimo, por ele, pela fala e pela sociabilidade (o conjunto das relações sociais) (LESSA, 2012, p. 25).

Ele coloca como ponto central que todas as atividades realizadas ao longo da vida social sempre se articulam e se remetem ao trabalho, mesmo que o trabalho seja apenas uma categoria social. Destarte, segundo o autor, o conceito deste trabalho “é o complexo que cumpre a função social de realizar o intercâmbio material do homem com a natureza, é o conjunto de relações sociais encarregado da reprodução da base material da sociedade” (LESSA, 2012, p. 28).

A partir desta reflexão, entende-se, portanto que “o trabalho (...) é a atividade de transformação da natureza pela qual o homem constrói, concomitantemente, a si próprio como indivíduo e a totalidade social da qual é partícipe” (LESSA, 2012, p. 26). Seguindo este raciocínio,

A análise ontológica do trabalho tal como realizada por Lukács em nenhum momento vela os graves problemas oriundos, para nossa sociedade, da vigência quase universal do trabalho abstrato. Pelo contrário, ao desvelar as conexões ontológicas mais genéricas que articulam trabalho e totalidade social, possibilita uma base teórica sólida para a mais radical crítica do trabalho abstrato (LESSA, 2012, p. 31).

O autor também levanta questões sobre as relações entre o trabalho produtivo e o trabalho improdutivo.

Para sermos mais do que breves, os trabalhos produtivo e improdutivo são subcategorias do trabalho abstrato. Relacionam-se com a função social que exercem na reprodução do capital. Embora sejam, ambos, indispensáveis à reprodução ampliada do capital, há uma importante distinção ontológica entre a esfera produtiva e a esfera improdutiva do trabalho abstrato, a primeira gera mais-valia e, a segunda, não o faz (LESSA, 2012, p. 30).

Segundo o trabalho de Lessa (2012), que também busca referências em Lukács e Marx, o ser social teria como um de seus elementos essenciais a tendência à redução do tempo necessário de trabalho em relação à sua reprodução material.

## 1.2. O trabalho na ordem do capital

O modo de produção capitalista (MPC) é o modo de produção predominante na sociedade burguesa. Segundo Netto e Braz (2006), no início do século XXI este MPC apresenta-se como dominante em termos mundiais, configurando desta forma como um sistema planetário.

Esse modo de produção capitalista é justamente o causador da intensa exploração do trabalho observada nos dias de hoje. O trabalho deixa de ser uma atividade de teor positivo, livre e consciente com a qual o homem se identifica e se transforma, e passa a ser uma atividade sob o controle de outro, numa potência negativa, estranha e hostil. O lucro faz com que a questão social<sup>17</sup> ganhe forma e se acentue em suas mais diversas facetas e torna o ser capitalista o único detentor do capital. É exclusivamente por conta desse modo de produção que a segregação social existe e se acentua na mesma proporção em que o capital ganha mais força na sociedade. O MPC acentuou o debate presente entre o consumo e a produção, incentivando que haja mais venda e mais lucro para o capitalista. Com isso, o proletariado tem uma intensiva carga horária sem receber o valor digno para tal.

O filósofo húngaro István Mészáros (2011) define o sistema do capital como aquele que tem orientação direcionada à expansão e impulsiona-se no sentido da acumulação. Segundo o conceito de Marx (2013), entende-se que o uso da força de trabalho é também propriamente o trabalho em si.

Como o lucro é a força motriz do MPC, como o MPC só pode existir e reproduzir-se na escala em que a busca do lucro é interminável, a função social do capitalista não pode ser compreendida através de traços psicológicos, biográficos ou morais. [...] Para não nos alongarmos: capitalistas e empresas capitalistas só existem, e só podem existir, se tiverem no lucro sua razão de ser; um capitalista e uma empresa capitalista que não se empenharem prioritária e sistematicamente na obtenção de lucros serão liquidados (NETTO e BRAZ, 2006, p. 66-67).

A produção capitalista resulta na produção da mais-valia. Com a venda da força de trabalho dos operários, mercadorias e o investimento dos meios de produção resultam-se na criação e desenvolvimento de novas mercadorias para a obtenção do lucro através do trabalho realizado.

---

<sup>17</sup> Questão social é o conjunto das expressões que definem as desigualdades da sociedade, como por exemplo: pobreza, raça, etnia, desemprego, violência, descriminalização de gênero, dentre outros. A questão social surgiu no século XIX com o intuito de exigir a formulação de políticas sociais em benefício da classe operária, que estavam em pobreza crescente. O conceito de questão social está ligado à forma como a riqueza em sociedade é produzida e repartida.



O mundo passou a ser regido em prol de um cenário em que seja possível estar sempre lucrando mais. O trabalho torna-se predominante no sistema capitalista uma vez que a troca se converte na forma social prevalente do processo de produção. O capital se torna sempre uma relação social.

Sabemos que o valor de qualquer mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho materializado em seu valor de uso, pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção. Isto se aplica também ao produto que vai para as mãos do capitalista, como resultado do processo de trabalho. De início, temos portanto de quantificar o trabalho materializado nesse produto (MARX, 2012, p. 194).

As mercadorias são avaliadas em termos de valores por meio da relação do tempo de trabalho necessário socialmente para que elas sejam criadas e, assim, não haverá variação no processo de produção, de acordo com Netto e Braz (2006). A partir disso, a força de trabalho cria valor. Dessa maneira, só se considera criador de valor o tempo de trabalho socialmente necessário.

E é justamente aí que se encontra o segredo da produção capitalista: **o capitalista paga ao trabalhador o equivalente ao valor de troca da sua força de trabalho e não o valor criado por ela na sua utilização (uso), e este último é maior que o primeiro.** O capitalista compra a força de trabalho pelo seu valor de troca e se apropria de todo o valor de uso (NETTO e BRAZ, 2007, p.69, grifo dos autores).

Ademais, é preciso lidar com as crises e os movimentos do capital em toda a sua história. Novas forças de produção e relações de produção não se desenvolvem a partir do nada, como já dizia Marx (2013) em seus estudos. E todas as crises advindas do modo de produção capitalista requerem mudanças e adaptações para que possam ser superadas. A crise estrutural do capital é a séria manifestação do encontro do sistema com seus próprios limites intrínsecos.

Pior ainda, em razão da subordinação necessária do “valor de uso” – ou seja, a produção para as necessidades humanas – às exigências de auto expansão e acumulação, o capital em todas as suas formas tinha de superar também a abominação de ser considerado, por muito tempo, a forma mais “antinatural” de controlar a produção de riquezas (MÉSZÁROS, 2011, p. 100).

Em *A crise estrutural do capital*<sup>18</sup>, Mészáros<sup>19</sup> propõe diversas reflexões e críticas quanto às crises e em como elas se dão, principalmente a crítica ao sociometabolismo do capital. O referido livro surgiu através de trocas de correspondências entre Mészáros e

<sup>18</sup> No livro, o filósofo desmonta uma série de ilusões associadas aos acontecimentos recentes e afirma que as raízes da crise, na verdade, encontram-se no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo. Crise dos subprime, crise especulativa, crise bancária, crise financeira - os nomes são muitos para a imensa expansão da aventura especulativa, que abalou o capital financeiro e, naturalmente, os ramos produtivos das economias.

<sup>19</sup> István Mészáros (1930-2017) foi um filósofo húngaro, que atuou como assistente de György Lukács no Instituto de Estética no curso de Filosofia da Universidade de Budapeste, onde se graduou. Deixou o país após o levante de outubro de 1956 e exilou-se na Itália, onde trabalhou na Universidade de Turim. Posteriormente, ministrou aulas em diferentes universidades do mundo. É reconhecido como um dos principais intelectuais marxistas da contemporaneidade.

Antunes, além de conter também três capítulos da obra mais famosa do primeiro: *Para além do capital*<sup>20</sup>.

Vivemos na era de uma crise histórica sem precedentes. Sua severidade pode ser medida pelo fato de que não estamos frente a uma crise cíclica do capitalismo mais ou menos extensa, como as vividas no passado, mas a uma crise estrutural, profunda, do próprio sistema do capital. Como tal, esta crise afeta — pela primeira vez em toda a história — o conjunto da humanidade, exigindo, para esta sobreviver, algumas mudanças fundamentais na maneira pela qual o metabolismo social é controlado (MÉSZÁROS, 2011, p.21).

O capital é uma relação social, o mundo das mercadorias rege o mundo dos trabalhadores. Segundo Marx (2012), o capital trata-se, de forma objetiva, de uma relação social em que as mercadorias, também chamadas de trabalho morto, comandam os proletários, denominados por ele como trabalho vivo. Marx coloca que o trabalho morto seja o trabalho constante e o trabalho vivo seja com a força de trabalho inserida. O capital está sempre em busca da produção de valores, através do mais valor e mais valia. Esse caráter incontrolável do capital faz com que as crises do capital<sup>21</sup> sejam estruturais e conectadas umas nas outras e cada vez com intervalos menores entre elas, de maneira que as crises se tornam permanentes.

A sociedade não vive mais fora da crise, ainda que com altos e baixos: algumas crises têm um caráter mais explosivo e mais impactante, outras se dão de formas mais silenciosas e com um menor destaque. O próprio capital não encontra tempo para recuperação de uma crise para outra, elas se emendam e se repercutem. As crises capitalistas, que sempre foram crises de superprodução, agora têm um novo caráter, o caráter de crise estrutural.

Portanto, não é muito difícil imaginar as implicações de uma crise sistêmica, verdadeiramente estrutural; ou seja, uma crise que afete o sistema do capital global não apenas em um de seus aspectos – o financeiro/monetário, por exemplo – mas em todas as suas dimensões fundamentais, ao colocar em questão a sua viabilidade como sistema reprodutivo social (MÉSZÁROS, 2011, p. 100).

A partir dos anos 1990, com a globalização cada vez mais potente, essa crise estrutural do capital tornou-se cada vez mais comum e explícita, gerando ainda mais desemprego, miséria e fome. Mézáros (2011) reflete bastante sobre obsolescência programada, que é o tempo determinado de duração das mercadorias e tema que será discutido mais profundamente no próximo tópico. Essa obsolescência programada gera uma maior rotação do capital e da produção, fazendo com que haja mais consumo e um caráter descartável para

<sup>20</sup> Em “Para além do capital”, Mézáros empreende uma crítica pesada ao capital e realiza uma das mais instigantes e densas reflexões sobre a sociabilidade contemporânea e a lógica que a preside. Reúne neste trabalho mais de 25 anos de estudos sobre a atualidade da crítica marxiana.

<sup>21</sup> Na economia marxiana, a crise do capitalismo se refere ao que é a designação dada, por alguns setores político-econômicos, para as oscilações em torno de uma média nos níveis de negócios da economia em nações democráticas com sistema econômico liberal.

as mercadorias, trazendo à tona a lei geral da acumulação capitalista. O capital se expande e automaticamente se expande também a própria produção de trabalho.

A tecnologia não fica para trás, já que suas frentes avançam na medida em que o capital cresce, demandando mais investimentos para uma produção mais rápida e com menos necessidade de trabalhadores, maximizando os lucros. Ou seja: maior produção automatizada, que gera um menor número de trabalhadores empregados o que, por sua vez, permite a chegada das crises. O metabolismo do capital faz com que a produção seja intensa: quanto mais riqueza se produz, mais a pobreza cresce; nada mais que a contradição imposta pelo capital.

O capitalismo produz riquezas somente para a auto-acumulação, ou seja, não é prioridade do capitalismo resolver os problemas latentes na sociedade para desenvolver sua subjetividade. E para Marx (2013), o sucesso da revolução proletária baseava-se em grande parte pela compreensão ao máximo do trabalhador em relação à realidade social em que está inserido.

## 2. O TRABALHO NA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS

A pandemia de COVID-19 eclodiu no mundo no início do ano de 2020. O primeiro caso no Brasil foi registrado no mês de fevereiro e a partir disso o governo brasileiro não quis saber em como proceder em relação às medidas de combate ao vírus. Em um primeiro momento, houve um grande volume de desinformação em relação às formas de contágio e também de prevenção. Hoje é sabido que a COVID-19 trata-se de uma doença infecciosa, causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, tendo como principais sintomas: febre, cansaço e tosse seca. Até setembro de 2022, o Brasil totalizou quase 686 mil óbitos e cerca de 35 milhões de testes positivos (COVID-19: BRASIL REGISTRA MENOR MÉDIA MÓVEL DE ÓBITOS DESDE 5 DE ABRIL DE 2020, 2022).

Desde que a COVID-19 chegou ao Brasil, o atual governo dificultou o acesso a uma série de informações e a população ficou refém de várias notícias falsas envolvendo a pandemia. A Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) foi declarada e ainda no ano de 2020 ainda não havia vacinação comprovada e eficiente como forma de combate ao vírus; sendo assim, naquele momento o isolamento social era a forma mais eficaz para as pessoas evitarem a contaminação pelo vírus. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a pandemia da COVID-19 se apresentou como um dos maiores desafios sanitários em escala global deste século. No presente momento, a maioria das pessoas que adoecem em decorrência da COVID-19 apresenta sintomas leves a moderados, uma vez que no Brasil a grande maioria da população já se vacinou e também recebeu doses de reforço: já foram aplicadas 473 milhões de doses em território brasileiro, com 172 milhões de cidadãos totalmente vacinados. Recentemente, em maio de 2022, o diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom, falou na Assembleia Mundial Da Saúde.

Em muitos países, todas as restrições foram suspensas e a vida se parece muito com antes da pandemia. Então acabou? Não, certamente não acabou. Eu sei que essa não é a mensagem que você quer ouvir, e definitivamente não é a mensagem que eu quero entregar. [...] Esse vírus nos surpreendeu a cada passo – uma tempestade que rasgou as comunidades repetidamente, e ainda não podemos prever seu caminho ou sua intensidade. (ADHANOM, 2022).

A situação de caos provocada pela doença somada à inabilidade dos governantes remonta às dificuldades enfrentadas pelo proletariado ainda em séculos passados. Se a pandemia tornou-se um forte agravante da situação do trabalhador, é preciso compreender o cenário do trabalho em contexto histórico e social.

## 2.1. As determinações do trabalho na cena contemporânea

A primeira revolução industrial deu-se devido ao desenvolvimento tecnológico na Inglaterra no século XVIII e espalhou-se por todo o mundo causando grandes transformações sociais, econômicas e trabalhistas. As indústrias surgiram e com elas a consolidação do capitalismo; este, por sua vez, fortalecia-se com o referido desenvolvimento e também com a expansão do comércio internacional. Homens e mulheres passaram a ser, em sua maioria, substituídos pelas máquinas, o que aumentou ainda mais o índice de desemprego daquela época. A mecanização fez com que uma nova realidade fosse inserida na sociedade, o que tornou necessária uma adaptação na vida dos proletários, gerando consequências diversas. As populações de quase toda a Europa passaram a concentrar-se cada vez mais nas cidades, aumentando a procura por empregos e o êxodo rural.

Com o crescimento urbano, automaticamente a classe operária foi tomando forma e obtendo variadas mudanças. A revolução industrial é caracterizada como o processo que levou à substituição das ferramentas pelas máquinas, da energia humana pela energia motriz e do modo de produção doméstica pelo sistema fabril. A partir disso, um novo modo de produção se instalou no mundo, expandindo cada vez mais: o modo de produção capitalista.

Com toda a precarização do trabalho e a falta de segurança nas fábricas, os movimentos trabalhistas e a formação de sindicatos tornaram-se uma realidade para os trabalhadores que vivenciaram aquele momento. Este cenário foi o que promoveu o pontapé inicial para termos as revoluções de hoje em dia; os sindicatos abraçaram tais causas para uma melhoria de vida dos proletários.

Já no Brasil, a industrialização se deu de uma forma mais tardia, tendo sua realização por completo a partir de 1930, quase um século depois de ocorrer na Inglaterra, o país pioneiro. Desde então, o país passou por muitas transformações, adaptações e reinvenções ao longo do tempo, tendo como exemplo mais atual a inserção dos meios digitais no âmbito do trabalho.

Com os avanços no ambiente de trabalho, a tendência da expansão do MPC se fortaleceu e com ela o desenvolvimento do trabalho assalariado. Em *O privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviço na era digital*<sup>22</sup>, Antunes (2018) aprofunda os estudos sobre a

---

<sup>22</sup> A obra apresenta um retrato detalhado da classe trabalhadora nos dias atuais, em suas principais tendências e crises. O estudo propõe uma análise detalhada das mudanças trabalhistas que ocorreram na história recente do país, desde a redemocratização até o golpe de 2016, e seus principais elementos baseiam-se na busca pela compressão em relação à explosão do novo proletariado de serviços, que se desenvolve com o trabalho digital, *online* e intermitente.

cena contemporânea que nos cerca perante o trabalho. É uma obra que se insere no projeto de pesquisa do autor e nos traz ricas pesquisas sobre o trabalho. Observa-se, por exemplo, a dependência das máquinas para com a necessidade de ter também a força de trabalho dos proletários inserida na produção das indústrias. O capital não pode eliminar completamente o trabalho, pois, se o fizer, sua própria reprodução será comprometida.

O capitalismo atual apresenta um processo multiforme, no qual informalidade, precarização, materialidade e imaterialidade se tornaram mecanismos vitais, tanto para a preservação quanto para a ampliação da lei do valor. A enorme expansão do setor de serviços e dos denominados trabalhos imateriais que se subordinam à forma-mercadoria confirma essa hipótese, dado seu papel de destaque no capitalismo contemporâneo. O mito de que a “sociedade de serviços pós industrial” eliminaria completamente o proletariado se mostrou um equívoco enorme. Evaporou-se. Desmanchou-se no ar. Na contrapartida, vem aflorando em escala global uma outra tendência, caracterizada pela expansão significativa de trabalhos assalariados no setor de serviços (ANTUNES, 2018, p. 38).

Muitas mudanças ocorreram desde então, mas preservando o mesmo ideal das lutas de outros tempos: melhores condições de trabalho e de subsistência humana. Antunes (2018) trata, por exemplo, das alterações que aconteceram no país há algumas dezenas de anos, reforçando que

As transformações ocorridas no capitalismo recente no Brasil, marcadamente na década de 1990, impulsionadas pela nova divisão internacional do trabalho, foram de grande intensidade sobretudo no mundo do trabalho. O Brasil se estruturava, então, com base em um desenho produtivo bifronte: de um lado, voltado para a produção de bens de consumo duráveis, como automóveis, eletrodomésticos etc., visando um mercado interno restrito e seletivo. De outro, dada sua condição de dependência em relação ao capitalismo avançado, desenvolvia a produção direcionada à exportação, tanto de produtos primários quanto de produtos industrializados (ANTUNES, 2018, p. 134).

E ainda completa a sua fala:

Mas foi a partir dos anos 1990, com a vitória do neoliberalismo no Brasil, que se intensificou o processo de reestruturação produtiva do capital, levando as empresas a adotar novos padrões organizacionais e tecnológicos, novas formas de organização social do trabalho, novos métodos denominados “participativos”, cujas principais causas foram resultado: 1) das imposições das empresas transnacionais que levaram à adoção, por parte de suas subsidiárias no Brasil, de novos padrões produtivos, em maior ou menor medida inspirados no toyotismo e nas formas flexíveis de acumulação; 2) da necessidade de as empresas brasileiras se adequarem à nova fase marcada por forte “competitividade internacional”; 3) da reorganização efetivada pelas empresas brasileiras que tiveram de responder ao avanço das lutas sindicais e das formas de confronto realizadas pelo “novo sindicalismo”, a partir das históricas greves da região industrial do ABC e da cidade de São Paulo, em 1978 (ANTUNES, 2018, p. 134).

Não há capitalismo sem exploração. Antunes (2018) ressalta que a prática da intensificação do abuso da força de trabalho se tornou característica do capitalismo no Brasil, considerando que sem trabalho e produção não há lucro nem criação de mais-valor. A modernidade trouxe ainda mais a tecnologia para dentro dos trabalhos e uma adaptação dos

serviços e mão de obra vendida. A tecnologia fez com que houvesse uma dependência de comunicação pelos meios tecnológicos. E mais: deixou evidente que o capitalismo maquínico não se sustenta sem a força de trabalho da classe trabalhadora como foi dito por Antunes (2018). O progresso das fábricas expandiu-se, mas trata-se de um elemento que não sobrevive por si só, é necessário ainda para a produção que o proletariado contribua com sua força de trabalho.

Se parece evidente que a produção de mercadorias, em sentido amplo, vem se metamorfoseando significativamente a partir da introdução do universo informacional-digital, seria plausível, então, conceber a possibilidade concreta de um capitalismo sem trabalho humano, desprovido de trabalho vivo? E, mais, seria ainda possível equalizar países com realidades tão díspares, borrando as mais diferenciadas formas pelas quais se apresenta a divisão internacional do trabalho, com agudas consequências na nova morfologia do trabalho? (ANTUNES, 2018, p. 32).

Indo em direção contrária ao fim do trabalho na era digital, a sociedade vivencia justamente o crescimento exponencial do novo proletariado de serviços, conforme Antunes (2018). Tal cenário pode ser interpretado, assim, como uma variante global do que seria possível denominar escravidão digital em pleno século XXI.

Com salários menores, jornadas de trabalho prolongadas, vicissitudes cotidianas que decorrem da burla da legislação social protetora do trabalho, a terceirização assume cada vez mais relevo, tanto no processo de corrosão do trabalho e de seus direitos como no incremento e na expansão de novas formas de trabalho produtivo geradoras de valor. Essas novas modalidades de trabalho vêm assumindo um destaque crescente não só no mundo da produção material, mas na circulação do capital e agilização das informações, esferas que são com frequência realizadas por atividades também imateriais, que ganham cada vez mais importância na reprodução ampliada do capital financeirizado, informacional e digital. [...] Assim, movida por essa lógica que se expande em escala global, estamos presenciando a expansão do que podemos denominar uberização do trabalho, que se tornou um leitmotiv do mundo empresarial. Como o trabalho on-line fez desmoronar a separação entre o tempo de vida no trabalho e fora dele, floresce uma nova modalidade laborativa que combina o mundo digital com sujeição completa ao ideário e à pragmática das corporações. O resultado mais grave dessa processualidade é o advento de uma nova era de escravidão digital, que se combina com a expansão explosiva dos intermitentes globais (ANTUNES, 2018, p. 37 - 42).

A informalidade tomou conta das relações de trabalho e, dessa forma, acabou sendo normalizada pelos proletários que precisam dos empregos para sobreviver.

Uma fenomenologia preliminar dos modos de ser da informalidade no Brasil recente demonstra a ampliação acentuada de trabalhadores submetidos a sucessivos contratos temporários, sem estabilidade, sem registro em carteira, trabalhando dentro ou fora do espaço produtivo das empresas, quer em atividades mais instáveis ou temporárias, quer sob a ameaça direta do desemprego (ANTUNES, 2018, p. 79).

Ainda segundo Antunes (2018), as informalidades podem se manifestar de diversas formas como os *trabalhadores informais tradicionais*, que vivem de sua força de trabalho para sobreviverem podendo ter a ajuda de familiares e ajudantes. Eles desenvolvem serviços

informais quando estão desempregados e enquanto esperam uma oportunidade para retornar ao trabalho assalariado. Além disso, os trabalhadores podem também ser *trabalhadores informais mais instáveis*, que são contratados de forma temporária e são remunerados por peça produzida ou por serviço prestado. Não se tratam de trabalhos fixos, mas sim um formato informal para obter uma determinada remuneração. Ambas as formas não se relacionam com um horário fixo ou um pagamento justo para a execução das tarefas propostas.

Outra manifestação recorrente da informalidade, de acordo com Antunes (2018), se dá com os *trabalhadores informais assalariados e sem registro*, ou seja, aqueles trabalhadores que não estão protegidos pela lei trabalhista e com a carteira de trabalho assinada, mas que, ainda assim, recebem um salário fixo.

Isso porque a racionalidade instrumental do capital impulsiona as empresas para a flexibilização do trabalho, da jornada, da remuneração, aumentando a responsabilização e as competências, criando e recriando novas relações e formas de trabalho que frequentemente assumem feição informal (ANTUNES, 2018, p. 81).

Outro modo de informalidade é o dos *trabalhadores informais por conta própria*, onde o trabalhador é o seu próprio chefe e pode, por opção, contratar pessoas para auxiliarem na realização e efetividade de seu trabalho. “A informalização da força de trabalho vem se constituindo como um dos mecanismos centrais utilizados pela engenharia do capital para ampliar a intensificação dos ritmos” (ANTUNES, 2018, p. 82), aplicando uma realidade contundente e complexa para a massa trabalhadora.

Esses diversos modos de ser da informalidade no Brasil, que certamente comportam traços e características similares em várias partes do mundo do trabalho em escala global, são emblemáticos do que aqui estamos formulando como hipótese: a ampliação dos mais distintos e diversos modos de ser da informalidade parece assumir, ao contrário dos desconstrutores da teoria do valor, um importante papel de aumento, potencialização e mesmo realização do mais-valor. Se não é assim, por que, em pleno século XXI, há jornadas de trabalho que atingem dezessete horas por dia, na indústria de confecções, por meio da contratação informal de trabalhadores imigrantes bolivianos ou peruanos (ou ainda de outros países latino-americanos), controlados por patrões frequentemente coreanos ou chineses, no centro da capital paulista, a mais importante região industrial do Brasil? (ANTUNES, 2018, p. 82).

Depois de constatar as informalidades do trabalho, Antunes (2018) estabelece que entramos em uma nova era de precarização estrutural do trabalho. A classe trabalhadora dos dias de hoje tem uma nova cara e uma nova configuração.

Nossa tese central, que aqui procuraremos desenvolver, é a de que, no capitalismo contemporâneo, dotado de uma lógica destrutiva ampliada, o centro da transformação social ainda está radicado no conjunto da classe trabalhadora. Recusamos, desde logo, duas teses equívocas: tanto a de que nada mudou no universo dos trabalhadores quanto seu oposto, a de que a classe trabalhadora não mais seria capaz de transformar radicalmente o universo social do capital (ANTUNES, 2018, p. 100).



O autor (2018) irá abordar o assunto de uma forma crítica, exemplificando a nova morfologia do trabalho que permeia a cena contemporânea. Neste tópico, são comparados ainda a forma e o significado que a classe trabalhadora tinha em outros séculos, além de abordar as mudanças que surgiram.

Sabemos que Marx e Engels consideravam classe trabalhadora e proletariado como sinônimos. E que, na Europa de meados do século XIX, os trabalhadores assalariados que inspiraram a reflexão de ambos ganhavam expressão corpórea no proletariado industrial, o que possibilitava a denominação comum e mesmo indiferenciada entre classe trabalhadora e proletariado. Nosso desafio teórico e político é procurar entender, então quem é a classe-que-vive-do-trabalho hoje, como ela se conforma ou se configura. Partiremos da formulação de que ela compreende a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho e que são despossuídos dos meios de produção, conforme a definição marxiana. Ela tem como núcleo central o conjunto do que Marx chamou de trabalhadores produtivos, para lembrar especialmente o Capítulo VI (inédito), bem como inúmeras passagens de O capital nas quais a ideia de trabalho produtivo é formulada, compreendendo os/as trabalhadores/as que são produtores de mais-valor; que são pagos por capital-dinheiro; expressam uma forma de trabalho coletivo e social e realizam tanto trabalho material quanto imaterial (ANTUNES, 2018, p. 101).

A classe trabalhadora de hoje é aquela que vende sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário, conforme Antunes (2018). É aquela, portanto, que incorpora a totalidade do trabalho social, ou seja, a totalidade do trabalho coletivo. A classe trabalhadora dos dias de hoje é mais ampla, mais complexa e mais fragmentada do que a classe do proletariado industrial do século XIX. Entende-se por classe trabalhadora “um conjunto de trabalhadores produtivos que produzem mais-valor e que participam do processo de valorização do capital, por meio da interação entre trabalho vivo e trabalho morto” (ANTUNES, 2018, p. 101-102).

Aqui o autor trata sobre o significado de trabalho improdutivo e em como ele se dá no processo de valorização do capital.

O trabalho improdutivo é aquele que não se constitui enquanto um elemento vivo no processo direto de valorização do capital e de criação de mais-valor. Ele pertence ao que Marx chamou de falsos custos os quais, entretanto, são imprescindíveis para a sobrevivência do capital e de seu metabolismo social. Por isso se diferencia do trabalho produtivo, que participa do processo de criação de mais-valor (ANTUNES, 2018, p. 102).

E acrescenta ainda:

Nunca é demais lembrar que a classe trabalhadora é uma condição de particularidade, um modo de ser com claros, intrínsecos e inelimináveis elementos relacionais de objetividade e subjetividade. Mas a classe trabalhadora, para Marx, é ontologicamente decisiva pelo papel fundamental que exerce no processo de criação de valores e na luta entre as classes. E na própria materialidade do sistema e na sua potencialidade subjetiva que o seu papel se torna central. E, creio, ela só perderá

essa potencialidade se e quando o trabalho abstrato deixar de ser central para a reprodução do capital (ANTUNES, 2018, p. 104).

A terceirização é outro fator que acompanhou a modernização do trabalho. A contratação de empresa externa para a realização de serviços específicos dentro do processo produtivo da empresa contratante vem se tornando cada vez mais comum no mercado.

A terceirização vem se conformando como um dos principais instrumentos, nos mais diversos ramos e setores produtivos, para incrementar a acumulação flexível que se desenvolve com a desconcentração produtiva das redes de subcontratação (empresas terceirizadas), do trabalho em equipe, da flexibilidade salarial, das “células de produção”, dos ‘times de trabalho’, dos grupos “semi autônomos”, além de exercitar, ao menos no plano discursivo, o “envolvimento participativo” dos trabalhadores e das trabalhadoras. O “trabalho polivalente”, “multifuncional”, “qualificado”, combinado com uma estrutura mais horizontalizada e integrada entre diversas empresas, inclusive nas terceirizadas, tem como finalidade reduzir o tempo de produção e de circulação do capital, ampliando assim a intensidade e, conseqüentemente, a exploração (ANTUNES, 2018, p. 195).

Nos dias de hoje, é difícil conhecer alguém próximo que não trabalhe de maneira terceirizada. Essa forma de trabalho está sendo normalizada cada vez mais no Brasil, havendo a expansão e fortalecimento da terceirização, o que tornou urgente uma necessidade de adaptação. “É por isso que a terceirização, informalidade e flexibilidade se tornaram partes inseparáveis do léxico de empresa corporativa” (ANTUNES, 2018, p. 42).

A terceirização se tornou, então, o novo elixir da vida empresarial. Atingindo praticamente todos os setores e ramos produtivos e de serviços, as empresas globais – respaldadas pelos governos – alegam ter de aumentar sua produtividade e competitividade, o que só pode ser feito por meio da corrosão das condições e dos direitos do trabalho. Como é cada vez mais difícil competir com os padrões chineses e indianos de superexploração do trabalho, até a Europa caminha celeremente para o desmonte do chamado Estado de bem-estar social (ANTUNES, 2018, p. 195).

#### Ainda sobre a terceirização do trabalho:

A informalidade se expande em todas as partes do mundo e a terceirização constitui-se em um dos seus principais mecanismos. Os trabalhadores e trabalhadoras, suas principais vítimas, veem aumentar ainda mais os níveis de precarização. Como essa é uma processualidade, e não uma forma pautada pela fixidez, os níveis máximos de precariedade ainda estão longe dos patamares que a lógica destrutiva dos capitais busca implementar. Proliferam, por exemplo, no mundo da máquina informacional-digital, presente nas TICs (que invadiram especialmente o setor de serviços agora quase todo mercadorizado), os mais distintos e diversificados modos de ser da informalidade (cujos contratos desconsideram os direitos e a regulamentação social protetora do trabalho), aumentando a precarização (que, repetimos, é um processo no qual as condições de trabalho podem ser sempre mais intensificadas). Se não bastasse tudo isso, a mesma pragmática neoliberal, implementada nas empresas privadas, também se expande para as empresas públicas que, junto com o amplo receituário anteriormente descrito, passaram a introduzir também as terceirizações (ANTUNES, 2018, p. 196).

O autor (2018) fala também sobre a falsa ideia de que a terceirização pode passar para quem trabalha dessa forma.

Assim, a expansão da terceirização nos mais diversos ramos econômicos se efetiva de modo múltiplo: nos tipos de contrato, na remuneração, nas condições de trabalho e de saúde e na representação sindical. As denominadas modalidades atípicas de trabalho, como “empreendedorismo”, “cooperativismo”, “trabalho voluntário” etc., se configuram gradualmente como formas de ocultamento do trabalho assalariado, permitindo aumentar ainda mais as distintas formas de flexibilização salarial, de horário, funcional ou organizativa (ANTUNES, 2018, p. 198).

Por fim, a classe trabalhadora é composta pelos trabalhadores que vendem sua força de trabalho em troca de salários, categoria mais comumente conhecida pela sociedade. É composta também em sua maioria por trabalhadores precarizados, que podem chegar a ter, paralelamente, empregos temporários. A classe trabalhadora com sua força de trabalho vendida gira em torno do capitalismo.

Se este era o quadro antes da pandemia, não é difícil mostrar, como veremos a seguir, que tudo será mais grave e mais difícil no mundo pós-pandêmico. E é nesse contexto que a permanência e mesmo a ampliação do desemprego, do subemprego, da superexploração, da precarização, da informalidade e da intermitência se apresentam como tendência “natural” (ANTUNES, 2022, p. 34).

## 2.2. O impacto da pandemia no trabalho

A pandemia que assolou o mundo contemporâneo impactou a vida das pessoas de diversas formas, desde a parte financeira até a questão de higienização individual e coletiva. Ela se deu de tal forma que a sociedade em geral teve dificuldades para compreender a gravidade da situação a partir de questões de saúde, sanitárias, sociais, econômicas e de sobrevivência.

Tudo isso estampa uma visceral contradição que atingiu a totalidade da classe trabalhadora, que se encontrava sob fogo cruzado: era preciso que houvesse isolamento social e quarentena para evitar o contágio pelo coronavírus. Sem isso, a classe trabalhadora seria cada vez mais contaminada, adoecendo e perecendo em maior quantidade. Mas como ficar em isolamento social o(a)s desempregado(a)s, o(a)s informais, o(a)s trabalhadore(a)s intermitentes, o(a)s uberizado(a)s, o(a)s subutilizado(a)s, o(a)s terceirizado(a)s, isto é, aqueles e aquelas que não têm direitos sociais e que recebem salários somente quando executa algum trabalho? E quanto ao pequeno “empreendedor” (que descreveu em *O privilégio da servidão* como, simultaneamente, burguês-de-si-mesmo e proletário-de-si-próprio), que em meio à pandemia não tem o que vender (pois não há consumidores), nem renda, nem previdência, nem convênio de saúde? Como será driblar o trabalho dito flexível, digital, “moderno”, que tenderá a se intensificar enormemente se o capital pandêmico continuar a comandar o mundo segundo seus interesses? (ANTUNES, 2022, p. 22).

A questão da sobrevivência, neste caso, é a principal, considerando o número de casos e mortes no mundo e no Brasil, conforme já citado neste trabalho. “Devemos reiterar que a questão crucial que a pandemia nos impõe é desenvolver todos os esforços para preservar a vida e, simultaneamente, reinventar um novo modo de vida” (ANTUNES, 2022, p. 39).

A está simultaneidade e imbricação trágica entre sistema de metabolismo anti social do capital, crise estrutural e explosão do coronavírus podemos denominar, se quisermos usar uma síntese forte, capital pandêmico. Ele tem um claro caráter discriminatório em relação às classes sociais, pois sua dinâmica é muito mais brutal e intensa para a humanidade que depende do próprio trabalho para sobreviver. A classe burguesa, incluindo seus séquitos de altos gestores, tem seus fortes instrumentos de defesa (recursos hospitalares privilegiados, condições de habitação que lhes permite escolher as melhores condições de realizar suas quarentenas, etc.), enquanto na classe-que-vive-do-trabalho a luta é para ver quem consegue sobreviver (ANTUNES, 2022, p. 22).

O trabalho, neste cenário, foi um âmbito afetado em suas mais diversas facetas e formas. Principalmente, foram nas complexidades das relações de trabalho um dos maiores impactos: a necessidade da reinvenção da força de trabalho vendida pelos proletários para tentarem sobreviver nesta fase em que os mais pobres e subalternos eram os mais afetados e massacrados, ao mesmo tempo, pelo vírus da pandemia e pelo vírus do capitalismo.

A pandemia provocada pelo novo coronavírus, a crise econômica e a interconexão profunda que há entre elas vêm impactando profundamente a classe trabalhadora. Desde logo, presenciamos um processo de aumento do empobrecimento e dos níveis de miséria em amplas parcelas e segmentos dessa classe, cujo cotidiano é pautado ou por uma intensa exploração do trabalho e precarização ou- o que é ainda mais brutal- pelo flagelo do desemprego, do subemprego e da informalidade, fenômenos explosivos e de dimensão global (ANTUNES, 2022, p. 41).

Em abril de 2021, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) lançou o livro “Os Impactos Sociais da COVID-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia”, que contou com a colaboração de mais de 70 pesquisadores (FIOCRUZ EXPLICA COMO A PANDEMIA ATINGE GRUPOS MAIS VULNERÁVEIS NO BRASIL, 2021). Segundo o estudo, os impactos da pandemia foram mais acentuados para: pessoas em situação de rua, indivíduos com transtorno mental e/ou deficiência, pessoas vivendo com HIV/AIDS, moradores de favelas e periferias, população indígena, quilombola, negra, ribeirinha, carcerária, LGBTQIA+, migrantes, refugiados e apátridas, além de trabalhadores informais, crianças e adolescentes.

Trabalhadores como as empregadas domésticas ficaram em situação de vulnerabilidade devido ao risco ampliado de contágio pela grande circulação. Cabe registrar que a primeira morte por COVID-19 registrada no estado do Rio de Janeiro e uma das primeiras no Brasil, em março de 2020, foi de uma empregada doméstica infectada após contato com a patroa que havia voltado de viagem ao exterior naquela época (ESTADO DO RIO REGISTRA A PRIMEIRA MORTE POR CORONAVÍRUS, 2020). A população mais pobre e subalterna enfrentou durante meses um verdadeiro caos para manter seus empregos enquanto não havia perspectiva de vacinação diante de um colapso geral, em especial nos hospitais e áreas da saúde como um todo.

Os mais de 660 mil mortos (dados de abril de 2022) evidenciam o tamanho da tragédia brasileira. Vale acrescentar que são números subnotificados, uma vez que muitas mortes não foram atribuídas à pandemia, dada a realidade da saúde pública do Brasil (ANTUNES, 2022, p. 23).

Como citado acima, o alvo do vírus existe: os registros referentes às mortes por COVID-19 falam por si só, especialmente relacionados à classe trabalhadora, conforme Antunes (2022).

O dilema da classe trabalhadora tornou-se mais rude e duro: se voltam a trabalhar ou se permanecem em seus postos de trabalho, convertem-se em reais candidatos à vala comum dos cemitérios; se acatam o isolamento e a quarentena, a classe trabalhadora que se encontra na informalidade morre de fome (ANTUNES, 2022, p. 43).

Foram momentos desafiadores, já que os trabalhadores precisaram, ao mesmo tempo, buscar alternativas para sobreviver do ponto de vista financeiro e sanitário. As informações sobre proteção básica por muito tempo não foram precisas, o isolamento por muitas das vezes não era possível aplicado à realidade das pessoas que precisavam sair de casa para ir para o trabalho, havendo um maior risco de contaminação por tamanha exposição. Somado a estes fatores, a postura do governo federal neste período foi de total inaptidão: além de grande montante de notícias falsas, houve desrespeito por parte de diversos nomes do Executivo federal, incluindo falas e ações no mínimo irresponsáveis por parte do presidente da República na ocasião. Neste cenário, o proletariado tornou-se o ser mais vulnerável a contrair e propagar o vírus.

Nem bem a pandemia começou, a classe trabalhadora, especialmente em suas parcelas mais penalizadas, logo se tornou a “candidata número 1” à contaminação e à morte. A letalidade que sofreu, nos períodos mais duros da pandemia, revelou a preconceituosa preferência de classes, gênero, raça e etnia presente na expansão do vírus (ANTUNES, 2022, p. 10).

No contexto pandêmico, a precarização e as taxas de desemprego que já existiam e eram absurdas, tiveram tendência a aumentar em níveis exorbitantes e extremamente preocupantes para a classe pauperizada e trabalhadora. A crise econômica que já existia, passou ainda mais a ser escancarada e a colocar o povo brasileiro em uma posição de desespero.

A crise econômica e a explosão da pandemia do coronavírus, na inter-relação que há entre elas, têm gerado impactos e consequências profundas para a humanidade que depende de seu trabalho para sobreviver. Além dos altíssimos índices globais de mortalidade, ampliam-se enormemente o empobrecimento e a miserabilidade na totalidade da classe trabalhadora. Em parcelas enormes desse contingente, como nos desempregados e informais, a situação torna-se verdadeiramente desesperadora, com o Brasil se destacando como um dos campeões da tragédia (ANTUNES, 2022, p. 33).

De acordo com pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de desempregados nos primeiros cinco meses de pandemia se expandiu. O país encerrou o mês de setembro de 2020 com 13,5 milhões de desempregados, cerca de 3,4 milhões a mais que em maio daquele ano, o que representou uma alta de 33,1%. A taxa de desemprego ficou em 14% naquele momento.

**Figura 1: Índice de desemprego**

## Número (em mil) de desempregados no Brasil

Em 5 meses de pandemia, contingente de desempregados aumentou 33,1%.



Gráfico: Economia/G1 • Fonte: IBGE

Fonte: IBGE/Site do G1. <sup>23</sup>

Durante a pandemia, números como o do gráfico acima se tornaram comuns. Números muito altos para não serem levados em conta pelo governo brasileiro.

Foi no solo da crise estrutural do capital que a pandemia se proliferou intensamente, levando à morte de milhões de pessoas em todo o mundo, além de desempregar milhões de trabalhadores e trabalhadoras. Dados preliminares apresentados pela OIT projetavam a perda de 195 milhões de empregos em tempo integral já no segundo trimestre de 2020, sendo que 1,6 bilhão de pessoas, que viviam na informalidade, já estavam sofrendo com a destruição de suas próprias condições de sobrevivência ultra precárias. Em informe mais recente, a OIT estima que a quantidade de horas de trabalho perdidas em 2020 foi equivalente a 225 milhões de empregos de tempo integral, destacando que a diminuição das horas de trabalho, sua repercussão na oferta de empregos, tem incidido de forma negativa na renda dos trabalhadores e trabalhadoras, e potencializando a ampliação da pobreza (ANTUNES, 2022, p. 21).

A dureza da realidade provocada pela pandemia criou um cenário extremamente negativo, com “uma massa de trabalhadores e trabalhadoras sem condições mínimas de sobrevivência, tangenciando ou vivenciando uma fome profunda e sendo enterrada, aos milhares, nos cemitérios” (ANTUNES, 2022, p. 22). O capitalismo pandêmico carrega consigo, assim, as suas graves consequências.

<sup>23</sup> Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/10/23/no-de-desempregados-diante-da-pandemia-aumentou-em-34-milhoes-em-cinco-meses-aponta-ibge.ghtml>> Acesso em 29 de ago. de 2022.

A esta simultaneidade e imbricação trágica entre sistema de metabolismo antissocial do capital, crise estrutural e explosão do coronavírus, podemos denominar, se quisermos usar uma síntese forte, capital pandêmico. Ele tem um claro caráter discriminatório em relação às classes sociais, pois sua dinâmica é muito mais brutal e intensa para a humanidade que depende do próprio trabalho para sobreviver. A classe burguesa, incluindo seus séquitos de altos gestores, tem seus fortes instrumentos de defesa (recursos hospitalares privilegiados, condições de habitação que lhes permite escolher as melhores condições de realizar suas quarentenas, etc.), enquanto na classe-que-vive-do-trabalho a luta é para ver quem consegue sobreviver (ANTUNES, 2022, p. 22).

O peso social e econômico que o país carrega desde o início da pandemia do coronavírus é gigante. Ressalta-se ainda como esse ambiente de desolação foi ainda mais acentuado em nosso país, já que, partindo desta análise, “no Brasil, onde vivenciamos desde sempre formas intensas de exploração do trabalho e de precarização ilimitada, as consequências são ainda mais perversas do ponto de vista social” (ANTUNES, 2022, p. 15).

Tudo isso estampa uma visceral contradição que atingiu a totalidade da classe trabalhadora, que se encontrava sob fogo cruzado: era preciso que houvesse isolamento social e quarentena para evitar o contágio pelo coronavírus. Sem isso, a classe trabalhadora seria cada vez mais contaminada, adoecendo e perecendo em maior quantidade. Mas como ficar em isolamento social o(a)s desempregado(a)s, o(a)s informais, o(a)s trabalhador(a)s intermitentes, o(a)s uberizado(a)s, o(a)s subutilizado(a)s, o(a)s terceirizado(a)s, isto é, aqueles e aquelas que não têm direitos sociais e que recebem salários somente quando executa algum trabalho? E quanto ao pequeno “empreendedor” (que descreveu em *O privilégio da servidão* como, simultaneamente, burguês-de-si-mesmo e proletário-de-si-próprio), que em meio à pandemia não tem o que vender (pois não há consumidores), nem renda, nem previdência, nem convênio de saúde? Como será driblar o trabalho dito flexível, digital, “moderno”, que tenderá a se intensificar enormemente se o capital pandêmico continuar a comandar o mundo segundo seus interesses? (ANTUNES, 2022, p. 22-23).

Novas opções de trabalho surgiram e tornou-se necessário que a população se adequasse a uma realidade em que a venda da força de trabalho para a própria subsistência, tendo a exponenciação da precarização do mesmo, tornou-se um meio de sobrevivência. Expande-se no Brasil a famosa “uberização” do trabalho em aplicativos de celular e plataformas digitais. Este termo vem da marca “Uber”, uma plataforma *online* de transporte urbano fundada em 2009 e em funcionamento no Brasil desde 2014, em que o passageiro escolhe seu destino e solicita um motorista para realizar o trajeto.

A Uber é outro exemplo mais do que emblemático: trabalhadores e trabalhadoras com seus automóveis, isto é, com seus instrumentos de trabalho, arcam com suas despesas de seguridade, com os gastos de manutenção dos veículos, de alimentação, limpeza etc., enquanto o “aplicativo” – na verdade, uma empresa privada global de assalariamento disfarçado sob a forma de trabalho desregulamentado – apropria-se do mais valor gerado pelo serviço dos motoristas, sem preocupações com deveres trabalhistas historicamente conquistados pela classe trabalhadora. Em pouco tempo, essa empresa se tornou global, com um número espetacularmente grande de motoristas que vivenciam as vicissitudes dessa modalidade de trabalho instável. A principal diferença entre o zero hour contract e o sistema Uber é que neste os/as motoristas não podem recusar as solicitações. Quando o fazem, sofrem represálias

por parte da empresa, que podem resultar no seu “desligamento” (ANTUNES, 2018, p. 40).

O impacto na vida de quem precisa trabalhar com essa forma de serviço não é positivo e são muitas as consequências acarretadas por tal “uberização” que não depende do intermédio de empresas para existir. A própria empresa “Uber”, a título de exemplo, deixa claro que não emprega nenhum motorista, não é dona de nenhum carro utilizado e nem se responsabiliza pelo desgaste do veículo. Sendo ela apenas uma plataforma tecnológica para que profissionais autônomos e associados possam obter remuneração com potenciais clientes que solicitam um carro particular para deslocarem-se dentro da cidade. Esta se torna uma das novas e várias fontes de trabalho alternativo.

Uberização do trabalho, distintos modos de ser da informalidade, precarização ilimitada, desemprego estrutural exacerbado, trabalhos intermitentes em proliferação, acidentes, assédios, mortes e suicídios: eis o mundo do trabalho que se expande e se desenvolve na era informacional, das plataformas digitais e dos aplicativos (ANTUNES, 2022, p. 20).

Diante do cenário de insegurança e alta do desemprego no país, portanto, os trabalhadores que perderam seus empregos e tiveram que realizar algum tipo de adaptação em suas formas de viver, passaram a ser autônomos, tendo seus direitos trabalhistas prejudicados. Estes cidadãos ficaram desprotegidos, sem acesso enquanto proletários aos direitos contidos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), como por exemplo, o direito à licença maternidade, décimo terceiro, férias remuneradas, aposentadoria pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), entre outros.

A pandemia também impactou fortemente os trabalhadores de plataformas digitais e aplicativos, uma massa que não parava de se expandir e que experimentava as condições da chamada uberização do trabalho. Sem outra possibilidade de encontrar trabalho imediato, trabalhadores e trabalhadoras buscavam “emprego” no Uber, Uber Eats, 99, Cabify, Rappi, Ifood, Amazon, etc. Tentavam fugir do flagelo maior, o do desemprego. Saíam do desemprego para a uberização, essa nova modalidade de servidão. Como o desemprego é a expressão do flagelo completo, a uberização parecia uma alternativa quase “virtuosa” (ANTUNES, 2022, p. 24-25).

A propaganda direcionada aos trabalhadores sobre a independência financeira oferecida por opções ao estilo da “uberização” é vistosa: trata-se de uma falsa impressão que apresenta um trabalho positivo, com vantagens, uma “oportunidade”. Vivendo em condições mínimas, a subsistência torna-se mais árdua do que já era, e o trabalhador precisa trabalhar em maiores quantidades de tempo para ganhar o que ele ganhava em um momento anterior, nos ditos “tempos normais”, sacrificando parte de seu lucro.

Assim, preservados os elementos estruturantes desse sistema de metabolismo anti social do capital, teremos mais desemprego e mais desigualdade social, e quem “tiver sorte” de permanecer trabalhando vivenciará um nefasto binômio: maior



exploração e mais espoliação. Isso porque têm que comprar (ou alugar) seus instrumentos de trabalho, como automóveis, motocicletas, celulares, uniformes, mochilas, endividando-se junto ao sistema financeiro (ANTUNES, 2022, p. 29).

Quanto mais mão de obra é necessária, menos é pago por ela. Com uma taxa de desemprego cada vez maior, o salário angariado através da “*uberização*” é mínimo – ou, às vezes, literalmente menor que o salário mínimo aplicado no Brasil –, uma vez que neste cenário sempre há alguém disponível para estar ocupando aquela posição pouco valorizada. Sem estar claro aos olhos do proletariado, torna-se uma disputa por quem vende a força de trabalho por um valor mais baixo.

O cenário social no país, antes da pandemia, já contabilizava uma massa imensa de trabalhadores informais, terceirizados, precarizados, flexíveis e intermitentes que no caso dos *uberizados* em particular, não tinham alternativa senão trabalhar oito, dez, doze e até catorze horas por dia. Se não o fizessem, não teriam sustento, pois compreendem uma categoria completamente à margem dos direitos do trabalho (ANTUNES, 2022, p. 42).

O debate proposto por Antunes (2022) acerca desta “*uberização*” do trabalho e em como ela se torna desgastante para os trabalhadores é, além de atual, necessária. A flexibilização dos direitos trabalhistas, que vem sendo executada há alguns anos, aliada ao momento de pandemia, prejudicou em grau severo a qualidade de vida e de trabalho do indivíduo brasileiro.

A individualização, a invisibilização e a eliminação completa dos direitos do trabalho enfeixa o sonho dourado do capital agora que o mundo digital, on-line, robotizado e automatizado pode conviver com o trabalho aviltado, desvertebrado, desorganizado, isolado, fragmentado e fraturado (ANTUNES, 2022, p. 27).

A carga horária incerta, por exemplo, é o que mais afeta nesse âmbito do trabalho. Quem trabalha com a “*uberização*” não tem hora pra chegar em casa, não tem horário de almoço e qualquer tempo gasto consigo mesmo já é considerado perda de lucro. Os trabalhadores se tornam submissos ao sistema – ou, em uma impressão inicial, a si mesmos – para que possam produzir mais dinheiro e não fiquem no prejuízo. A ideia central oferece a ilusória noção de que quanto mais trabalhar, maior será a renda no fim do expediente, ainda que isso cause prejuízos tanto para a saúde mental quanto para a condição física do trabalhador.

**Figura 2: Problema do mundo**



Fonte: Brasil Atual<sup>24</sup>

A substituição das simples prestações de serviços para os serviços tipificados por esses aplicativos intermediadores tomou grande proporção em decorrência dessa falsa impressão de que a “uberização” pode ser positiva para todos, como, por exemplo, o baixo custo final do serviço ofertado aos clientes. Assim, motoristas e entregadores com salário fixo e carteira de trabalho assinada, contratados pelas empresas, foram perdendo seus empregos à medida que os empregadores passaram a considerar que já não seria mais lucrativo manter aquelas pessoas como seus funcionários. Para as empresas, tornam-se mais vantajosas as relações de trabalho já sem nenhum vínculo empregatício, que não despendem gastos para com o trabalhador.

É equivocada, ainda, a ideia de que vivenciar a “uberização” é uma tarefa fácil. São necessários requisitos para poder exercer estes trabalhos via aplicativos, como, por exemplo, o domínio das tecnologias, fator que se torna essencial nessa forma de trabalho e, de imediato, já exclui a parcela dos trabalhadores que não possuem acesso ou conhecimento neste ambiente dos celulares. É necessário também dispor de dispositivos “*smartphones*” para poder trabalhar, o que gera um custo e demanda ainda maior para o proletário. Neste cenário, ainda leva-se em conta a disposição para realizar o famoso “o que der na telha”: por falta de oportunidade, o trabalhador desse tipo de categoria passa a aceitar qualquer trabalho que possa render-lhe alguma remuneração.

O trabalho assalariado se transfigura em “prestação de serviços” e é excluído da legislação social protetora do trabalho na maior parte dos países onde atuam as

<sup>24</sup> Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2018/04/o-capitalismo-humano-de-ontem-e-a-fonte-do-capitalismo-selvagem-e-de-hoje/>> Acesso em 29 de ago. de 2022.

plataformas digitais. Impulsionado pelo ideário da empulhação, que fazia sonhar com um “trabalho sem patrão”, trabalho assalariado se converteu no que denominei escravidão digital (ANTUNES, 2022, p. 136).

As opções tornam-se escassas para aqueles que mais precisam do trabalho para sobreviver. Para a classe de trabalhadores que se encontraram sem emprego formal, o cenário foi negativo uma vez “que restou praticamente a alternativa do trabalho ‘uberizado’ para fugir do flagelo do desemprego” (ANTUNES, 2022, p. 35). São nestes trabalhos informais e cada vez mais populares que o capital pode se utilizar intensamente da força de trabalho.

A tendência, visível bem antes da exploração da pandemia, era clara: redução do trabalho vivo pela substituição das atividades tradicionais por ferramentas automatizadas e robotizadas, sob o comando informacional-digital. Isso torna o trabalho vivo mais “residual” nas plantas digitalmente mais avançadas e o empurra para as atividades ditas “manuais” (na melhor das hipóteses) ao mesmo tempo em que amplia o monumental exército sobrando de força de trabalho, que não para de se expandir nesta fase mais destrutiva do capital (ANTUNES, 2022, p. 25).

A falta de estabilidade na relação trabalhista interfere na quantidade de tempo dedicada ao serviço, podendo ultrapassar o horário de trabalho adequado e, por consequência, o cidadão não recebe por hora extra trabalhada. Em muitos casos, para realizar o trabalho é necessário utilizar de seus bens privados, como por exemplo, o próprio veículo nos aplicativos de corridas e entregas. Todos esses fatos fomentam a precarização do trabalho e impactam diretamente estas relações do indivíduo com sua fonte de renda.

Assim, movida por essa lógica destrutiva, expande-se em escala global o que podemos denominar a uberização do trabalho. Na empresa “moderna” liofilizada (que a impostura do capital denomina fábrica inclusiva), o trabalho que os capitais financeiros exigem é aquele flexível: sem jornadas preestabelecidas, sem remuneração fixa, sem atividade predeterminada, sem direitos, sem sequer o direito de organização sindical. E até o sistema de “metas” é flexível: elas sempre deverão superar aquelas obtidas anteriormente (ANTUNES, 2022, p. 139).

A dinâmica do trabalho já não é mais a mesma neste contexto pandêmico e, seguindo nesse ritmo, mais necessidade de adequações em um futuro próximo devem surgir. É preciso reinventar o trabalho humano e social. O mais impressionante é a percepção de que a cada dia a “uberização” está cada vez mais normalizada no cotidiano das pessoas e dos prestadores de serviços, muitas vezes como “solução” e não como “problema”. Essa se tornou a realidade do trabalho no atual Brasil.

**Figura 3: Uberização do trabalho**



Fonte: Castro Digital<sup>25</sup>

Ademais, com este contexto aplicado, a alienação vai enraizando-se de maneira natural, o trabalhador não se questiona em relação aos seus direitos enquanto cidadão trabalhador, a força de trabalho despendida e vendida, por fim, não é valorizada. Dito isso, o fato é que trabalhadores ficaram ainda mais prejudicados com o trabalho na pandemia.

Assim, mesmo quando não há evidência de arrefecimento da pandemia, as corporações globais apresentam o receituário para a saída da crise, verdadeiro obituário para a classe trabalhadora: mais flexibilização, mais informalidade, mais intermitência, mais terceirização, mais home office, mais teletrabalho, mais Ead, mais algoritmos “comandando” as atividades humanas, visando a convertê-las (em todos os setores e ramos em que for possível) em um novo apêndice autômato de uma nova máquina digital que, embora possa parecer neutral, serve aos desígnios inconfessáveis da autocracia do capital (ANTUNES, 2022, p. 29).

A expansão e reprodução do capital se dão em decorrência das engrenagens e mecanismos que movem o sistema do capital. O foco dessas engrenagens é sempre a produção de mais capital: “o sistema de metabolismo social do capital se constitui pelo tripé capital, trabalho assalariado e Estado” (ANTUNES, 2022, p. 18).

A produção social, que deveria atender às necessidades humano-sociais, subordinou-se integralmente aos imperativos da autorreprodução do capital. Entre outras consequências devastadoras para a humanidade, podemos citar o desemprego monumental, a destruição ambiental, a mercantilização da vida e o incentivo diário a novas guerras e conflitos armados. Isso tudo nos trouxe a um quadro pandêmico que amplifica ainda mais o sentido letal do sistema do capital (ANTUNES, 2022, p. 18).

<sup>25</sup> Disponível em: <<https://castrodigital.com.br/2020/07/o-que-e-uberizacao-do-trabalho.html>> Acesso em 29 de ago. de 2022.

Este contexto do sistema de metabolismo social do capital intensifica a relação de produção-consumo por meio de diversas maneiras. Mézaros (2011) estabeleceu um conceito relacionado à taxa de utilização decrescente no valor de uso das mercadorias, pela redução crescente do tempo de vida útil de um produto; o que hoje é conhecido pela denominação de “obsolescência programada”. Os produtos são programados de forma proposital para terem uma durabilidade menor, para que haja maior reprodução dos mesmos e tenha mais consumo. Para o capitalista, quanto mais produção, mais lucro em cima dos produtos e mais aceleração no processo de valorização do valor. Quanto maior a demanda, maior a reprodução do trabalho. O capital não se valoriza sem a força de trabalho.

O autor Zygmunt Bauman<sup>26</sup> (2008) trata o assunto em seu livro *Vida para o consumo: a transformação das pessoas em mercadoria*, sugerindo que o ato de consumir e ser consumido tornou-se não somente o verdadeiro propósito da existência humana, como também uma condição de reprodução do atual modelo social, em que diversos elementos transformam-se em “moeda de troca”.

O consumismo dirigido para o mercado tem uma receita para enfrentar esse tipo de inconveniência: a troca de uma mercadoria defeituosa, ou apenas imperfeita e não plenamente satisfatória, por uma nova e aperfeiçoada. A receita tende a ser reapresentada como um estratagema a que os consumidores experientes recorrem automaticamente de modo quase irrefletido, a partir de um hábito aprendido e interiorizado. Afinal de contas, nos mercados de consumidores-mercadorias, a necessidade de substituir objetos de consumo “defasados”, menos que plenamente satisfatórios e/ou não mais desejados está inscrita no design dos produtos e nas campanhas publicitárias calculadas para o crescimento constante das vendas. A curta expectativa de vida de um produto na prática e na utilidade proclamada está incluída na estratégia de marketing e no cálculo de lucros: tende a ser preconcebida, prescrita e instilada nas práticas dos consumidores mediante a apoteose das novas ofertas (de hoje) e a difamação das antigas (de ontem). Entre as maneiras com que o consumidor enfrenta a insatisfação, a principal é descartar os objetos que a causam. A sociedade de consumidores desvaloriza a durabilidade, igualando “velho” a “defasado”, impróprio para continuar sendo utilizado e destinado à lata de lixo. É pela alta taxa de desperdício, e pela decrescente distância temporal entre o brotar e o murchar do desejo, que o fetichismo da subjetividade se mantém vivo e digno de crédito, apesar da interminável série de desapontamentos que ele causa. A sociedade de consumidores é impensável sem uma florescente indústria de remoção do lixo. Não se espera dos consumidores que jurem lealdade aos objetos que obtêm com a intenção de consumir (BAUMAN, 2008, p. 31).

Um produto que se torna obsoleto com o tempo precisa ser substituído por outro, e assim sucessivamente, estimulando o consumidor a comprar mais e a gerar mais lucro para o capitalista. A produção de bens não está voltada para a criação de valores de uso, mas ao lucro. Esse modo de produção se deu a partir da Grande Depressão de 1929, onde se observou

---

<sup>26</sup> Zygmunt Bauman (1925-2017) foi um filósofo e sociólogo polonês que estudou a Pós-Modernidade e como as relações humanas acontecem neste cenário.

que existiam muitos produtos industrializados em estoque e que não eram comercializados, geram uma série de efeitos: diminuição do lucro das grandes empresas capitalistas, aumento do desemprego, redução do consumo e fortalecimento a crise que se alastrava naquele momento nos Estados Unidos. Os produtos que tinham uma longa vida útil desfavoreciam a economia do país, portanto, tal situação não caberia no formato do capitalista e precisava mudar.

Um exemplo desse consumo exacerbado são os “*iPhones*”, produtos da marca “*Apple*”, uma das mais conhecidas e populares empresas de tecnologia mundial. Seus produtos estão em constante atualização e valorização, têm intervalos curtos entre a produção de suas versões mais atualizadas, aumentando o consumo e a sua valorização. São vendidos por valores altos em comparação com os ganhos médios da população brasileira, com uma taxa de lucro extremamente alta. Sendo assim, os celulares não desvalorizam; com muita procura, o preço se mantém o mesmo. A empresa lucra com a necessidade de o consumidor estar descartando o antigo e em busca de adquirir o novo, mesmo que pague alto para isso.

A sociedade capitalista cria uma “disputa invisível” entre um consumidor e outro no que se refere a questões particulares, como relacionadas aos bens pessoais e em como se mostram para a sociedade, lugar em que a aparência e propriedade de bens materiais são dados como algo importante. Esse incentivo ao consumo é o que faz as empresas estarem sempre em alta, lucrando através da força de trabalho desvalorizada, presente quase sempre nos produtos da linha de produção.

**Figura 4: Obsolescência programada.**



Fonte: Recicloteca<sup>27</sup>

<sup>27</sup> Disponível em: <<https://www.recicloteca.org.br/consumo-consciente/glossario-obsolencia-programada/>>. Acesso em 29 de ago. de 2022.

O lucro com a obsolescência programada também é adquirido com a força de trabalho vendida, que também se torna uma mercadoria para o capitalista. “Como a força de trabalho é também uma mercadoria, sua incessante reprodução torna-se também objeto dessa mesma tendência decrescente do valor de uso das mercadorias” (ANTUNES, 2022, p.19).

A resultante dessa engenharia metabólica é evidente. Por um lado, a exuberância das corporações globais que concentram a quase totalidade da riqueza mundial. Na outra ponta, a proliferação de uma miríade de trabalhos humanos vilipendiados, um valeduto: trabalho análogo à escravidão, superexploração (por exemplo, dos e das imigrantes), generalização da terceirização em todas as esferas laborativas, informalidade, intermitência (ANTUNES, 2022, p. 20).

Ainda sobre o contexto da pandemia, no final do ano de 2020, passou a ter início um processo de flexibilização do isolamento social, o que fez com que mais pessoas voltassem a buscar emprego, gerando movimentação e pressão no mercado de trabalho. Os formatos de trabalho neste momento tornam-se singulares: o trabalho feito de maneira remota em casa, chamado de “home office”; o trabalho feito presencialmente, na sede das empresas e comércios; e o modelo híbrido, em que o trabalhador desempenha suas funções alternando os dois formatos anteriores. “É evidente que neste período pandêmico o capital vem realizando vários experimentos que visam intensificar e potencializar, pós-pandemia, os mecanismos de exploração do trabalho nos mais diversos setores da economia” (ANTUNES, 2022, p. 29).

O trabalho em regime “*home office*”, por exemplo, foi uma modalidade que teve expansão exponencial durante o período de pandemia, momento em que era necessário o isolamento social e muitas empresas enxergaram esse recurso para que os serviços continuassem sendo exercidos de forma remota, sem a necessidade da locomoção do trabalhador para a sede física do emprego. Essa é uma forma vantajosa para a empresa, que visa o lucro e menos gastos.

O teletrabalho e o home office aparecem como modalidades que terão significativo crescimento na fase pós-pandemia em praticamente todos os ramos em que puderem ser implantados. Do ponto de vista empresarial, as vantagens são evidentes: mais individualização dos trabalhos; maior distanciamento social; menos relações solidárias e coletivas no espaço de trabalho (onde floresce a consciência das reais condições de trabalho); distanciamento da organização sindical; tendência crescente à eliminação dos direitos (como já conhecemos nos pejetizados e outras formas assemelhadas, como o pequeno empreendedorismo); fim da separação entre tempo de trabalho e tempo de vida (visto que as nefastas metas ou são preestabelecidas ou se encontram interiorizadas nas subjetividades que trabalham); e o que também é de grande importância, teremos mais duplicação e justaposição entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo, com clara incidência da intensificação do trabalho feminino, podendo aumentar ainda mais a desigual divisão sociossexual e racial do trabalho (ANTUNES, 2022, p. 28).

E para os trabalhadores:

Por certo, há elementos positivos destacados pela classe trabalhadora, como não precisar fazer os deslocamentos, ter maior liberdade de horários, poder se alimentar melhor, etc., mas é sempre bom recordar que se trata de uma relação profundamente desigual entre trabalho e capital, em que o que se perde é sempre muito maior do que aquilo que se ganha (ANTUNES, 2022, p. 28).

Segundo Antunes (2022), passa a ocorrer uma obliteração da linha que separa o tempo de trabalho e o de vida, uma vez que as atividades da empresa invadem o espaço familiar no regime “home office”; o espaço de trabalho confunde-se e mistura-se também com o universo particular, de casa, da família. No livro *Capitalismo pandêmico*, Antunes (2022) apresenta reflexões e estudos baseados no novo livro da socióloga e professora Ursula Huws<sup>28</sup> que foi publicado na Itália e que trata sobre o trabalho nos tempos de economia digital.

A publicação de “Il lavoro nell’economia digitale globale” na Itália oferece aos leitores e leitoras uma rica contribuição ao estudo da classe trabalhadora neste período que é o mais destrutivo do capitalismo, não só em relação à natureza, à igualdade substantiva entre gêneros, raças e etnias, mas também em relação ao mundo do trabalho. E foi justamente quando muitos estudiosos, décadas atrás, embarcaram na onda do fim do proletariado e da perda de relevância da teoria do valor que Ursula Huws tornou-se uma das mais importantes vozes dissonantes na Europa (ANTUNES, 2022, p. 123).

O autor, ao estudar o livro de Huws, constata que:

O resultado que o livro de Huws aponta é muito diferente desse cenário imaginado. Ele mostra que o desenho que vem assumindo o novo proletariado industrial e de serviços é o da crescente precarização de suas condições de trabalho, da ampliação desmedida do desemprego estrutural, do trabalho uberizado ou plataforma, que se expande em todos os cantos do mundo (ANTUNES, 2022, p. 124).

As novas formas de trabalho fazem-se presentes em todo o mundo e são fontes de muitos estudos para que seja possível entender a globalização. A chamada “uberização” do trabalho é um dos fatores que mais se acentua e cresce na produção do capital. E também a ampliação e surgimento do *ciberproletariado*<sup>29</sup>, onde é visto sobre a saúde mental do proletário e as consequências de tanta tecnologia inserida no meio do trabalho.

A ampliação dos trabalhos nas plataformas digitais, indústria de software, call centers, telemarketing, logística, hipermercados, escritórios, turismo e hotelaria, fast-food, etc., vem gerando o crescimento de um já expressivo contingente de trabalhadores e trabalhadoras - o cibertariado - que procura trabalhos cada vez mais virtuais. Compreender os distintos elementos que configuram no presente o novo proletariado da era da cibernética, da informática e da telemática, é o objetivo que a autora persegue e desenvolve nesse novo livro. [...] Uma das suas formulações centrais talvez possa ser assim resumida: em plena era da informatização do trabalho, do mundo maquinal e digital, estamos presenciando o nascimento e ampliação do cibertariado, o proletariado que trabalha com informática, com o

<sup>28</sup> Ursula Huws é professora da University of Hertfordshire, no Reino Unido, e uma das principais sociólogas do trabalho ao redor do mundo.

<sup>29</sup> Infoproletário ou ciberproletariado é o termo utilizado para se referir ao grupo de trabalhadores do setor informacional e das telecomunicações na atual sociedade. São expostos com frequência à atividades repetitivas, alienantes e/ou intensas. Além disso, padecem com a degradação e precarização do trabalho.



mundo digital, e que, paralelamente, vivência uma pragmática moldada cada vez mais pela precarização que muda profundamente a forma de ser do trabalho. Aqui, Huws destaca que características do trabalho que eram consideradas excepcionais ou incomuns vêm se generalizando e se tornando práticas cada vez mais recorrentes e normais (ANTUNES, 2022, p. 124 - 125).

Úrsula Huws em seu novo livro, segundo interpretação de Antunes (2022), também fala sobre o processo de produção e as facetas do trabalho.

É por isso que Ursula Huws indica que uma boa maneira de saber em quais atividades há criação de valor é estudar e acompanhar, passo a passo, todo o processo de produção, desde as duas ações iniciais até a distribuição final das mercadorias. Ainda que, segundo a autora, não se trate de tarefa intelectual simples, ela é possível e necessária, quando o objetivo é efetivamente compreender as novas formas de criação de mais-valor em seus “vários modos dos processos de produção” que se desenvolvem através de ferramentas de comando digital, softwares, etc. [...] O trabalho deixou de ser, então, o exercício de uma atividade vital para a reprodução humano-social, metamorfoseando-se e convertendo-se em força de trabalho especial, imprescindível para a criação de uma riqueza excedente que passou a ser privadamente apropriada pela nova classe oriunda dos burgos. Introduziu-se uma transfiguração perversa, que Mészáros denominou sistema de “mediações de segunda ordem”: o trabalho deixava de ter como sentido básico a criação de bens socialmente úteis para se transformar em força de trabalho, ou seja, única fonte produtora de mercadorias capaz de criar riqueza, apropriada pela burguesia para assim valorizar o seu capital (ANTUNES, 2022, p. 128 - 131).

A realidade já é outra. Antunes (2022) reflete sobre como o atual cenário provoca mudanças nas condições de trabalho.

Para compreender essa realidade, é preciso retornar aos inícios da década de 1970, quando eclodiu uma crise estrutural profunda que levou à reestruturação global de todo o sistema produtivo. O incremento técnico-informacional-digital encontrou, então, um fértil espaço para se expandir, visto que era necessário incrementar a produtividade. E isso ocorreu enquanto o desemprego se ampliava, gerando uma força sobrando de trabalho disponível para realizar qualquer trabalho, sob quaisquer condições. [...] E essas condições de trabalho, que se expandem no mundo das plataformas digitais, encontram na realidade brasileira as “mais favoráveis” condições para se expandir, dada a vigência, entre nós, da superexploração do trabalho, que é uma característica distintiva do nosso capitalismo. Aqui, desde cedo, o assalariamento convive com precarização, informalidade, burla ou mesmo inexistência de legislação protetora do trabalho (ANTUNES, 2022, p. 132 - 135).

Ainda Antunes (2022) fala sobre o trabalho digital:

Portanto, uma efetiva compreensão do significado real do trabalho digital, virtual, não põe obliterar e “apagar” os traços centrais acima indicados, que tornaram o mundo do capital de nosso tempo um complexo emaranhado. E que a pandemia exasperou e desnudou ainda mais intensamente (ANTUNES, 2022, p. 135).

No livro *Crise e pandemia*, o jurista e filósofo do direito marxista Alysson Mascaro tece comparações e críticas, além de investir sobre o possível aprofundamento da degradação do capitalismo durante a pandemia do coronavírus. Ele fala sobre a crise e em como ela se

espalha pelo mundo, acima de tudo a crise social e histórica já estabelecida e as contradições que a cercam.

No fundamental, a dinâmica da crise evidenciada pela pandemia é do modelo de relação social, baseado na apreensão dos meios de produção pelas mãos de alguns e pela exclusão automática da maioria dos seres humanos das condições de sustentar materialmente sua existência, sustento que as classes desprovidas de capital são coagidas a obter mediante estratégias de venda de sua força de trabalho. O modo de produção capitalista é a crise (MASCARO, 2020, p. 5).

O autor também promove análise sobre as questões decorrentes da pandemia e que impactam diretamente na crise estrutural do país.

O flagelo do desemprego, as habitações precárias para suportar quarentenas, as contaminações em transportes públicos lotados e a fragilidade do sistema de saúde são, exata e necessariamente, condições históricas de um modo de produção específico, o capitalismo. O grau da crise demonstrará o grau das necessidades e das urgências. A reação das sociedades capitalistas tende sempre a ser uma resposta no limite mínimo às demandas máximas (MASCARO, 2020, p. 6 - 7).

A compreensão de que a atual crise vivida no mundo e particularmente no Brasil, exponenciada pela pandemia, deve ocorrer levando em consideração que se trata, antes de tudo, da crise do capitalismo como um todo (MASCARO, 2020).

Assim, não parece difícil constatar que a pandemia não foi um “evento da natureza”, mas o resultado de um sistema de metabolismo antissocial do capital que tem sido destrutivo e mesmo legal para a classe trabalhadora, para o meio ambiente e a natureza, obliterando e dificultando, das mais diferentes formas, a luta pela “igualdade substantiva” entre os gêneros, raças, etnias, a plena liberdade sexual e a efetiva emancipação social (ANTUNES, 2022, p. 38-39).

Partindo dos estudos apresentados por Antunes (2022) e Mascaro (2020), é perceptível que a crise sanitária que veio advinda da pandemia do coronavírus serviu para acelerar uma crise do capital que já estava para acontecer. A pandemia apenas reforçou em como o sistema funciona e direciona esforços para proteger não as pessoas, mas sim o capital.

Nunca houve nem há nenhum limite moral, ético ou humanista ao capital: a sociedade capitalista é apenas a sociedade da marcha da acumulação. Nestes dias correntes, as propensões de Trump e Bolsonaro e dos capitalistas seus áulicos contra quarentenas e a favor da circulação de pessoas e do envio dos pobres aos postos de trabalho são provas de que sequer questões de vida e morte detêm o interesse do capital. Nazismo, fascismos e genocídios não são pontos abomináveis do sistema; são suas margens extremas e possíveis (MASCARO, 2020, p. 21).

Diante da pandemia e suas avassaladoras consequências, entende-se que a mesma é “o enfeixamento de um sistema letal ao trabalho, à natureza, à ‘liberdade substantiva’ de todos os gêneros, raças e etnias, à plena liberdade sexual, dentre tantas outras dimensões do ser em busca de sua auto emancipação humana” (ANTUNES, 2022, p. 26). Temos aqui uma pandemia “selecionada”, onde existe de fato a classe dos mais atingidos e vulneráveis, mais

próximos ao vírus e ao risco de contágio e distantes de qualquer auxílio real. Nem todos tiveram os mesmos privilégios no processo de combate ao COVID-19.

Assim, o capital pandêmico é intensamente diferenciado quando se trata de atingir e penalizar as classes sociais. Com uma aparência inicial policlassista, a pandemia do capital é de fato muito mais funesta ao atingir o corpo da classe trabalhadora e, sucessiva e progressivamente, o corpo-classe das mulheres trabalhadoras brancas, o corpo-classe das trabalhadoras negras, indígenas, imigrantes, refugiadas, LGBTQs etc. Sob a impulsão das necessidades mais elementares que lhe são vedadas, tais setores da população dirigiram-se ao trabalho e à aglomeração social, aproximando-se potencialmente da contaminação e da morte (ANTUNES, 2022, p. 30).

A situação provocada pela pandemia tem possibilidades de direcionamento para melhorias e conquistas sociais.

Lutar pela redução da jornada de trabalho é um primeiro passo decisivo para distribuir melhor o tempo de trabalho entre todos e todas que se encontram no desemprego. Mas há um segundo passo: a pandemia nos fez compreender melhor quais são os trabalhos socialmente úteis e necessários, e quais são destrutivos, supérfluos e se resumem exclusivamente a enriquecer as classes proprietárias. [...] É certo que uma mudança de época só poderá ocorrer a partir de revoltas, sublevações, rebeliões e revoluções que se desenvolvam a partir das classes subalternas, nas quais a classe trabalhadora, em sua nova morfologia, tem importância central. Mas essa mudança de época não poderá prescindir da ação dos movimentos sociais das periferias, especialmente quando olhamos para o Sul global (ANTUNES, 2022, p. 39).

O capitalismo é destrutivo e o impacto disso é bastante significativo na pandemia do coronavírus, conforme Antunes (2022). Há contradições presentes na “luta pela sobrevivência” da sociedade enquanto formada por pessoas trabalhadoras.

A constatação se evidencia: vivemos um capitalismo acentuadamente destrutivo, responsável por uma corrosão ilimitada dos direitos sociais do trabalho, e cujo resultado é uma massa imensa de indivíduos sem trabalho, sem salário, sem previdência e sem sistema de saúde pública abrangente. E a pressão para impedir o lockdown - e assim salvar a economia - amplia ainda mais a destruição da classe trabalhadora. [...] Como fazer lockdown, se a maioria da classe trabalhadora que se encontra desempregada não teve como obter recursos para sobreviver minimamente durante as fases mais difíceis da pandemia? (ANTUNES, 2022, p. 43).

Há diversos questionamentos em como será o mundo em um momento de pós-pandemia, passando por tantas mudanças e readaptações, principalmente em como se dará o trabalho e suas complexas relações.

O receituário empresarial da fase pós-pandemia já se encontra terá, então, desenhado e delineado: novas personificações do capital são incentivadas, ainda mais coisificadas e reificadas, tornando-se novos apêndices autônomos da maquinaria informacional-digital. E tudo isso sob a aparência de uma “neutralidade tecnológica”, que, em verdade, é concebida, arquitetada e desenhada para atender aos interesses da nova autocracia do capital, um seleto e restrito grupo de corporações financeiras globais e seu séquito de milionários (ANTUNES, Ricardo, 2022, p. 38).

Depois da pandemia – momento que está cada vez mais próximo de nós, graças à ciência – muitas novas questões devem surgir e novas adaptações terão que ser realizadas. O capitalismo continua sendo o maior agravante das crises que o país enfrenta, seja ela de qual cunho for. A pandemia reforçou e acentuou os inúmeros problemas sociais, culturais e econômicos do Brasil.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das impactantes mudanças provocadas pela pandemia de COVID-19 em nosso país como um todo, as relações trabalhistas logo foram bastante afetadas, influenciando a vida de milhões de trabalhadores brasileiros. A precarização do modelo de trabalho aplicado no Brasil ou mesmo a chamada “*uberização*”, associada à busca das empresas pelo lucro acima de tudo – inclusive das próprias vidas dos empregados, a começar por Cleonice Gonçalves, uma das primeiras vítimas da pandemia no país: doméstica que trabalhava desde os 13 anos de idade, enfrentava mais de 120 quilômetros para chegar ao seu local de trabalho, onde morava durante a semana com seus empregadores, que testaram positivo para a COVID-19 após uma viagem ao exterior, causaram sua contaminação e, infelizmente, sua morte. Esta pesquisa se dá por situações como a de Cleonice, que jamais deve ser esquecida.

O estudo problematizou algumas categorias centrais nas obras de Karl Marx e de Ricardo Antunes, especialmente, debatendo as questões relacionadas ao trabalho e à pandemia. Um dos pontos cruciais para a produção deste estudo foi a problematização do modo de produção capitalista e em como se dá o seu impacto na sociedade. Foi analisado o papel do trabalho na constituição do ser social, a interação do homem com a natureza e a finalidade deste. O trabalho é uma categoria exclusiva dos seres humanos, os únicos seres vivos capazes de pensar e colocar em prática as ideias surgidas no consciente, trazendo como finalidade o por teleológico como categoria central do trabalho. O surgimento do ser social se torna importante para a produção e história do trabalho, exercendo o senso de coletividade e humanização.

A definição do que é trabalho passa por transformações e mudanças no decorrer do tempo. Há o surgimento de contradições que o próprio capital cria para o seu desenvolvimento. “O trabalho que cumpre a função social de realizar o intercâmbio material do homem com a natureza, é o conjunto de relações sociais encarregado da reprodução da base material da sociedade” (LESSA, 2012, p. 28). O trabalho na ordem do capital provoca reflexões sobre a atividade e consequências na vida dos trabalhadores. A busca insaciável pelo lucro provoca uma segregação imensa entre burguesia e proletariado. Há um distanciamento e uma superioridade imposta pelo capital, separando uma classe da outra. Com a pandemia, isto se agravou.

Neste estudo, o trabalho foi considerado por meio de uma perspectiva histórica, buscando a compreensão de sua essência e de suas crises. Foram levadas em conta todas as mudanças e evoluções que o mundo e o país passaram para a definição do trabalho ser como

ela é conhecida hoje. A industrialização foi um ponto chave para a reafirmação do modo de produção capitalista e a venda da força de trabalho. A precarização do trabalho sendo ela uma categoria, juntamente com a intensa exploração por parte dos empregadores, incentivou a criação de sindicatos trabalhistas voltados à luta pela obtenção de direitos e melhor qualidade de vida para os proletários.

O capital gira em torno do lucro e da mais valia adquirida na produção de produtos para suas empresas. A exploração se intensifica cada vez mais, gerando uma exaustão maior nos trabalhadores. A grave questão social existente no mundo foi reforçada pela pandemia, principalmente nas regiões com maior vulnerabilidade social. É possível enxergar uma realidade dividida entre um “antes” e um “depois” da COVID-19. Com todas as mudanças socioeconômicas ocorridas desde o início da pandemia, o desemprego, a pobreza e a fome tiveram um aumento expressivo, de maneira extremamente preocupante.

Um modo de trabalho que se expandiu foi a “*uberização*”, forma que os trabalhadores encontraram para não pararem de trabalhar e obter remuneração para a sobrevivência. Foram discutidos os pontos negativos e positivos impostos por essa maneira de trabalhar e como é o impacto na vida das pessoas, assim como os novos modelos de trabalho “*home office*” e “*híbrido*”, além do tradicional “*presencial*”.

Este estudo proporcionou reflexões sobre o Modo de Produção Capitalista (MPC), a classe trabalhadora, o capital, a pandemia, as crises e as formas de trabalho. O capitalismo impõe que os proletários se submetam a serviços e situações que não garantem os direitos básicos do trabalhador e tampouco um salário fixo, mesmo em calamidades públicas como a que vivemos neste período recente. “Devemos reiterar que a questão crucial que a pandemia nos impõe é desenvolver todos os esforços para preservar a vida e, simultaneamente, reinventar um novo modo de vida” (ANTUNES, 2022, p. 39). A sobrevivência no Brasil está cada dia mais desafiadora, porém a busca pela reinvenção de novos modos de vida e de trabalho é o que move e deve mover cada vez mais a classe trabalhadora.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. **O novo sindicalismo do Brasil**. 2 ed. Campinas: Pontes, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **Capitalismo pandêmico**. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2022.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BAUMAN, Zygmunt. **A vida para o consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BRASIL tem a 4ª maior taxa de desemprego do mundo, aponta ranking com 44 países. **G1**, 22 de nov. de 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/11/22/brasil-tem-a-4a-maior-taxa-de-desemprego-do-mundo-aponta-ranking-com-44-paises.ghtml>>. Acesso em 29 de ago. de 2022.

CAPITALISMO humano de ontem é a fonte do capitalismo selvagem de hoje. **Rede Brasil Atual**. 22 de abr. de 2018. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2018/04/o-capitalismo-humano-de-ontem-e-a-fonte-do-capitalismo-selvagem-e-de-hoje>>. Acesso em 29 de ago. de 2022.

CLASSE operária começando a se mover. **Esquerda Diário**. 03 de abr. de 2022. Disponível em: <<https://www.esquerdadiario.com.br/Ursula-Huws-Tenho-a-sensacao-de-que-essa-nova-classe-operaria-esta-comecando-a-se-mover-51776>>. Acesso em 29 de ago. de 2022.

DESEMPREGO diante da pandemia bate recorde no Brasil em setembro, aponta IBGE. **G1**. 23 de out. de 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/10/23/no-de-desempregados-diante-da-pandemia-aumentou-em-34-milhoes-em-cinco-meses-aponta-ibge.ghtml>>. Acesso em 29 de ago. de 2022.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Trad. B. A. Schumann, 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. São Paulo: Globo, 2006.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 4 ed. São Paulo: Global, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LESSA, Sergio. **Mundo dos homens: trabalho e ser social**. 3ed. São Paulo: Boitempo, 2012.

LUKÁCS, Gyorgy; **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. 2009. Disponível em: <

[http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem\\_pedagogica/fev\\_2009/bases\\_ontologicas\\_pensamento\\_atividade\\_homem\\_lukacs.pdf](http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem_pedagogica/fev_2009/bases_ontologicas_pensamento_atividade_homem_lukacs.pdf)>. Acesso em 20 de jun. 2022.

LUKÁCS, Gyorgy; **O jovem Marx e outros escritos de filosofia**. 2 ed. São Paulo: Editora UFRJ, 2009.

LUKÁCS, Gyorgy; **Para uma ontologia do ser social I**. Trad. Nélio Schneider, Carlos Nelson Coutinho e Mário Duayer. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2 ed. Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista**. Trad. Álvaro Pina e Ivana Jinkings, 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **O capital, Livro I**. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, István, **A crise estrutural do capital**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István, **Para além do capital: rumo a uma teoria de transição**. 1 ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2011.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NÚMERO de pessoas em situação de pobreza bate recorde, mostra pesquisa. **G1**, 29 de jun. de 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/06/29/numero-de-pessoas-em-situacao-de-pobreza-no-brasil-bate-recorde-mostra-pesquisa.ghtml>>. Acesso em 29 de ago. de 2022.

O que é uberização do trabalho?. **CastroDigital**. 06 de jul. de 2020. Disponível em: <https://castrodigital.com.br/2020/07/o-que-e-uberizacao-do-trabalho.html>. Acesso em 01 de ago. de 2022.

OBSOLESCÊNCIA programada: saiba o que é e como evitar. **Recicloteca**. 07 de nov. de 2013. Disponível em: <<https://www.recicloteca.org.br/consumo-consciente/glossario-obsolencia-programada>>. Acesso em 02 de ago. de 2022.

PANDEMIA “certamente não acabou”, diz diretor-geral da OMS. **CNN Brasil**. 22 de mai. de 2022. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/saude/pandemia-certamente-nao-acabou-diz-diretor-geral-da-oms>>. Acesso em 29 de ago. de 2022.

REVOLUÇÃO Industrial. **História do Mundo**. Disponível em: <<https://www.historiadomundo.com.br/idade-moderna/revolucao-industrial.htm>>. Acesso em 29 de ago. de 2022.



WERNECK, Guilherme Loureiro; CARVALHO, Marília Sá. A pandemia de COVID-19 no Brasil: crônica de uma crise sanitária anunciada. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 5, n. 36, 1 mai. 2020. DOI <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311X00068820>. Disponível em: <<http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/artigo/1036/a-pandemia-de-covid-19-no-brasil-cronica-de-uma-cri-se-sanitaria-anunciada>>. Acesso em: 29 ago. 2022.